



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Reservada	REUNIÃO Nº: 0751R/16	DATA: 30/06/2016	
LOCAL: Buerarema - Estado da Bahia	INÍCIO: 09h23min	TÉRMINO: 12h57min	PÁGINAS: 80

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GERALDO ARAGÃO - Vice-Presidente da Câmara Municipal de Buerarema.
GUIMA BARRETO - Prefeito de Buerarema.
ABIEL DA SILVA SANTOS - Presidente da Associação dos Pequenos Agricultores de Ilhéus, Una e Buerarema — ASPAIUB.
EDGARD FREITAS DE SIQUEIRA – Agricultor.
FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.
LUIZ HENRIQUE UAQUIM DA SILVA – Agricultor.
EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA – Agricultor.
JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE – Agricultor.
DAVI REGE DE SOUZA – Agricultor.
ADAILTON CARMO SANTOS – Agricultor.
WALTER SANTOS MAGALHÃES - Agricultor.
JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Agricultor
MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Agricultora.
ELIENE DOS SANTOS - Agricultora.
CÉLIA ROCHA DOS SANTOS - Agricultora.
EDIVAN MOREIRA DA SILVA - Agricultor.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções inaudíveis.
Houve intervenções ininteligíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta.
Grafias não confirmadas: Creildo; Créris; Pascoal; Valdemir; Marunhum; “burarinha”.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Reunião da equipe técnica da CPI da FUNAI e do INCRA.

Vamos começar os trabalhos aqui no Município de Buerarema.

Passamos a palavra de imediato ao Sr. Vice-Presidente da Câmara e, depois, ao Sr. Prefeito Municipal da cidade.

O SR. GERALDO ARAGÃO - Bom dia a todos. Bom dia, Srs. Deputados, para quem nós estamos fazendo esta audiência pública. Quero aqui, primeiro, registrar a presença dos Vereadores Wagner, Ariosvaldo, Enio, Dodó, Gildásio Gonzaga, Lobo e Luciano. Quero dizer que, para nós do Legislativo, é uma honra receber a CPI da FUNAI, esse órgão que devasta a nossa região. E, mais uma vez, junto com a associação e a comunidade de Buerarema, vamos mostrar, em depoimentos, que estão sendo tomadas as nossas terras, que estamos sendo expulsos sem nenhuma lógica possível. Então, é uma honra para este Legislativo Municipal recebê-los. Já fizemos várias audiências públicas aqui com Deputados Estaduais e Deputados Federais. E hoje, mais uma vez, com uma vitória da Associação dos Pequenos Produtores da nossa região, junto com toda nossa comunidade, a nossa esperança se renova ainda mais com a presença da CPI desse órgão, com a realização deste debate, que vai ser visto pelos Deputados do nosso Brasil. Então, a nossa esperança de uma solução, a nossa esperança de que a verdade venha, mais uma vez, à nossa região renova-se ainda mais. É com muito orgulho que a Câmara Municipal de Buerarema, uma cidade de 17 mil habitantes, mais uma vez, está na vanguarda da luta dos agricultores, dos pequenos agricultores da nossa região. Então, eu só queria agradecer a todos pela presença, dos agricultores, daqueles que estão fora das suas fazendas, que foram expulsos, e daqueles que vieram aqui prestigiar a CPI desse órgão que acaba com a nossa região, que é a FUNAI. Eu declaro aberta a reunião da CPI dessa entidade. O Vereador Tonho da Feira também está presente aqui, eu agradeço a sua presença. E vou passar a palavra ao Prefeito de Buerarema, Sr. Guima Barreto. Então, a todos vocês muito obrigado. Temos certeza de que esta CPI vai trazer resultados para a nossa querida e sofrida Buerarema. *(Palmas.)*

O SR. GUIMA BARRETO - Bom dia a todas e a todos. Nós queremos agradecer a presença de cada um de vocês, do pequeno ao grande produtor, dos





Vereadores, do Secretariado, da CPI. Eu acho que esta Comissão é muito importante neste momento tão difícil que Buerarema atravessa. Todos nós temos conhecimento dessas dificuldades. Nós sabemos que, dos 417 Municípios baianos, o mais prejudicado foi Buerarema. Nós sabemos que Buerarema abraçou essa causa junto com os Vereadores, com a comunidade, com o Sr. Abiel. Devemos muito a esse guerreiro, a esse lutador e a todos aqueles que abraçaram direta e indiretamente essa causa. Nós sabemos o que Buerarema vem atravessando. Nós sabemos que a única cidade que realmente abraçou a causa foi Buerarema. E nós sabemos que Ilhéus, São José da Vitória e Una se acomodaram. Mas, em Buerarema, nós continuamos lutando para que possa ser resolvida a situação de uma vez por todas. *“Prefeito, por que Buerarema foi atingida?”* Nós tínhamos, em 2012, 5.700 alunos; hoje nós temos 2.430. É uma perda muito grande, houve queda no IDEB. E nós mantemos funcionários para 5.700 alunos. Por que isso? Os pais de família, os pequenos produtores da agricultura familiar, que perderam suas terras, tiveram que se deslocar daqui para tentar ganhar o pão em outra cidade. Como vimos aqui e presenciamos, os pequenos produtores acamparam na praça, em barracas cobertas de plástico e tudo, porque seus lares foram tomados. Há pouco tempo, depois de tudo isso, mais cinco fazendas foram incendiadas. Nós temos vários exemplos de mortes, como o caso do Sr. Adailton, um cadeirante que estava na fazenda e foi atingido por uma bala. E há mais tantos e tantos casos. Então, esta CPI é uma grande iniciativa para que se investigue e a situação realmente seja resolvida de uma vez por todas. Na época do Governador Jaques Wagner, estivemos em comissão com as entidades. Estivemos em Salvador com o Ministro Eduardo Cardozo e também em Brasília, e nada foi resolvido, porque quem cala consente. O Governador anterior não se decidiu nem o Governador Rui Costa nem a Presidenta. Quem cala consente, e continuamos sofrendo. Então, espero que esta CPI da FUNAI — não sei se veio algum Deputado — realmente vá em frente na busca da verdade, porque Buerarema não pode sofrer mais do que está sofrendo. Nós queremos resolver, sim, essa situação, autoridades presentes, de uma vez por todas, para que nossa Buerarema volte a crescer. Seja bem-vinda, Comissão! Agradeço a todos vocês de coração e tenham um bom dia. *(Palmas.)*





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Senhoras e senhores, nós compomos a equipe técnica que dá assessoramento à CPI da FUNAI e do INCRA. Eu, Dr. Rodinei Candeia, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, fui requisitado pelo Congresso Nacional para prestar esse trabalho lá; o Dr. Marcelo Xavier, Delegado da Polícia Federal, também foi requisitado para prestar esse serviço; o Dr. Fernando Carlos Wanderley Rocha é Consultor da Câmara dos Deputados e Coordenador da equipe técnica. Estamos aqui, então, para ouvir os senhores.

A ideia desta equipe técnica, ao ser composta, é realmente ir até os locais de conflito e levar aos Srs. Deputados os fatos da maneira mais verdadeira possível, para que, a partir disso, S.Exas. possam dar encaminhamentos rumo às soluções.

Nós não temos a atribuição de resolver o problema. Isso tem de ficar claro para os senhores. A nossa função realmente é vir aqui, ouvi-los, levar as coisas que nos são ditas — por isso, é tudo gravado — e depois dar um parecer técnico sobre isso.

Então, vamos começar imediatamente. Agradeço ao Prefeito Guima Barreto, ao Vice-Presidente Geraldo Aragão e ao Abiel da Silva Santos, o anfitrião, por terem nos acolhido muito bem.

Agradeço a todos os senhores pela presença, e vamos começar os trabalhos. Solicito que colaborem no sentido de manter o silêncio, porque a reunião será gravada e pode haver interferência.

Pela ordem, a primeira pessoa a ser ouvida será o Sr. Abiel da Silva Santos, Presidente da Associação dos Pequenos Agricultores de Ilhéus, Una e Buerarema. *(Palmas.)*

Solicito a gentileza de não fazerem manifestações de apoio, porque não se trata de um ato político. Por mais que haja a presença de todos os senhores e que seja uma audiência pública, isso aqui é um ato técnico. Nós só queremos ouvir o depoimento das pessoas.

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Sou Abiel, Presidente da Associação de Pequenos Agricultores de Ilhéus, Una e Buerarema — ASPAIUB. Senhoras e senhores, hoje, para a associação, a ASPAIUB, é um dia muito importante. Nós perdemos ontem um grande lutador, o Sr. Mário Bunchaft, que era membro dessa





associação, que tanto sonhava ver a CPI em Buerarema. Quantas vezes nós nos reunimos, e ele dizia: “É hoje? É quando?” Todos os dias a gente ficava alegre, dizendo que ia ver. E a maior vontade dele era ver isto aqui, mas, pelos desígnios de Deus, ele teve que ir. E, de repente, vocês chegam no mesmo horário em que o corpo chegou. O Seu Mário chegou e, em seguida, a CPI chegou. Ele ainda está em solo para ver, para presenciar este momento histórico aqui, onde vocês vão poder ouvir relatos terríveis. Nós estamos numa região, senhoras e senhores, onde só existe justiça para um lado; Ministério Público omissos; a Polícia Federal quer fazer o trabalho, quer trabalhar, quer agir, mas, ao mesmo tempo, tem as suas barreiras, tem os empecilhos; Polícia Civil omissa, não por conta dos agentes — é bom que se frise; Polícia Militar também engessada. Enfim, aqui, a gente diria para vocês o seguinte: são todos contra um. Nós temos assassinatos. Nós temos mandado de prisão — cinco mandados de prisão. Só quem não sabe onde estão os assassinos são os agentes públicos, porque todo mundo sabe, todo mundo vê constantemente. Nós temos propriedade invadida. Um agricultor vai relatar posteriormente, que, após ele ser reintegrado, encontrou um corpo de um rapaz que foi assassinado por dividir o roubo. Eles invadem, roubam tudo que o agricultor produz; depois, na hora da divisão, um quer ficar com o bem maior e aí mata, enterra. Todo mundo sabe quem é, o agricultor sabe, as pessoas sabem quem matou, mas ninguém faz nada. Nós temos aqui o cadastramento de 3.600 pessoas — 3.600 pessoas —, indígenas, simplesmente para receber cesta básica. Todo mundo sabe, na região, onde o caminhão de cesta básica descia com as 3.600 cestas básicas, descarregava. Todo mundo sabe, na região, que essas cestas básicas eram vendidas em Pau Brasil. Ninguém fez nada. Nós temos um descadastramento de pessoas. Vocês vão ouvir aqui pessoas falarem que pessoas foram cooptadas para serem índios. Eu acho que é só aqui — não sei se existe em outro lugar —, que a pessoa amanhece mestiça, dorme índio, no outro dia volta a ser mestiça. Nós denunciemos, mais de 800 pessoas foram à FUNAI dizer que não queriam mais ser índios porque foram enganadas pelos agentes da FUNAI. Nós temos aqui filmagem de carros oficiais, pagos com dinheiro desses contribuintes, levando roubo, levando armas, levando funcionários públicos, pagos pelo contribuinte, para incentivar a invasão. Hoje, quem manda o recado para que o agricultor saia de sua propriedade não é mais nem os





ditos caciques, é um funcionário da FUNAI que manda o recado para o agricultor sair, porque, no outro dia, eles vão encontrar. Hoje, nós temos mentira esdrúxula nos processos judiciais de reintegração de posse. Para vocês terem uma ideia, esse documento já está nas mãos dos senhores — eu entreguei. Tem um recurso que eles não se preocupam nem com o tamanho da propriedade. É o “copiar, colar”! O juiz, em Ilhéus, dá a reintegração de posse, eles recorrem em Brasília, alegando que na propriedade tem 500 famílias, entre elas, idosos, crianças, deficientes físicos, animais de pequeno porte e plantio, sendo que o agricultor é invadido. No dia seguinte, ele dá a queixa e pede providências, e não se faz. Só que eles se esqueceram, senhoras e senhores, de que, entre aquelas propriedades, havia uma de 2 hectares. E consta, pelos advogados da União, os agentes públicos, que havia naquela propriedade 500 famílias. E várias pessoas aqui têm processo desse tipo — 500 famílias! Eu estive em Brasília, lá no TRF, na Presidência, e começaram a me chamar a atenção esses processos que a gente começou a ler. Eu levei ao Presidente do TRF e perguntei a ele se ele tinha noção de tamanho de hectares de terra. Ele disse que tinha. E eu mostrei a decisão dele, que ele tinha suspenso uma reintegração de posse com base nesses argumentos mentirosos da FUNAI. Quando ele pegou e viu a escritura, ficou vermelho. Onze dias depois — menos, 8 dias depois —, ele mesmo revogou todas as suspensões de reintegração de posse que ele tinha dado, aqui na região, por dizer que a FUNAI mente descaradamente para a Justiça Federal. Os funcionários da FUNAI aqui, todo mundo sabe que são pagos pelos caciques, que recebem dinheiro dos caciques, para inventar mentira, para protegê-los — todos sabem. Tem uma denúncia agora, inclusive, está em depoimento na Polícia Federal, onde um funcionário da FUNAI acompanhava certo cacique, com arma de fogo, quando, na época das invasões, suspendiam-se as aulas, na região de Sapucaieira, para utilizar o transporte escolar das crianças na invasão. Todo mundo sabe disso. Todo mundo sabe aqui que cadastraram o pequeno agricultor para roubar o BNB — para roubar o BNB! Como índio, cadastrava; depois, chegava ao BNB, tomava o dinheiro do PRONAF; depois, não pagava. O banco trabalha com uma margem de inadimplência. A inadimplência foi tamanha que o BNB, em Ilhéus, suspendeu o financiamento para o agricultor familiar, que verdadeiramente precisava, devido a essas falcatruas. Todo mundo





sabe na região. Tudo isso, para vocês terem uma ideia, as autoridades, em Ilhéus e na região toda, sabem. Todo mundo sabe. Entretanto, há uma omissão sem precedente dos poderes constituídos aqui nesta região. Para vocês terem uma ideia, eu fiz uma denúncia no Ministério Público... fiz uma denúncia no *síte* e fui vítima de dois processos: um, como racista, e outro, pedindo uma indenização de 50 mil reais para eles. Quem moveu? Ministério Público Federal. Mesmo a Polícia Federal tendo feito o inquérito e apurando que tudo o que eu falei era verdade, a Polícia Federal me inocentando, o MPF me denunciou. Altamente ideológico, altamente ideológico! Não agem! Se hoje nós temos aqui, senhoras e senhores, um paraplégico, vários assassinatos, milhares de pessoas passando fome, nós agricultores atribuímos isso ao Ministério Público Federal, que é omissos, não age como deveria agir. Não age como deveria agir. E, além disso, há a lentidão dos julgamentos dos processos de reintegração de posse. É um absurdo nós termos processos desde 2009, e ainda não houve uma decisão. Enquanto isso, vivemos na mendicância, vivemos passando fome, passando necessidade, e ainda somos tachados de fazendeiros — fazendeiros! E ainda falam assim: “*Os fazendeiros contratam pistoleiros*”. Não somos nós que contratamos pistoleiros, não. Aqui eu tenho uma ocorrência da Polícia Federal, do Sr. Domingos. Está presente? *(Pausa.)* Domingos? *(Pausa.)* Ele era índio. Ele se cadastrou como índio. Ele participou de invasões. Aqui é o seguinte, eles dizem assim: “*Se você se cadastrar como índio, a gente não invade a sua terra.*” Aí esse sujeito se cadastrou como índio, participou de todas as invasões comandadas por Babau, que é torturador e está no programa de defensor dos direitos humanos da Presidência da República. Está aqui: ele tortura — tem vários crimes contra ele. Ele tortura as pessoas, é acusado de inúmeros crimes. Mesmo assim se encontra protegido pela Presidência da República. Quando vai a Brasília, vem um avião. O Eduardo Cardozo mandou um avião da Polícia Federal, enorme, vir buscá-lo em Ilhéus, pra levar pra Brasília, enquanto o agricultor tem que fazer vaquinha de 5, 10 reais pra que eu possa deslocar pra levar esses senhores. Então, esse Domingos, quando percebeu que a violência era muito alta, ele foi à Polícia Federal e disse que não queria mais ser índio. E lá denunciou o movimento, que contratava traficantes — segundo as palavras dele que estão aqui na ocorrência. Porque isso aqui eu denunciei e esse aqui foi um dos motivos por que tentaram me





processar, com ocorrência policial na mão — a 30 e a 40 reais por dia pra invadir as propriedades. Depois que invadiam as propriedades, roubavam tudo, distribuía entre si, vendiam, pagavam as diárias dos traficantes, segundo o Sr. Domingos, e iam invadir outras. Se os senhores forem à região, os senhores irão presenciar inúmeras propriedades com a placa Retomada Tupinambá vazias. Até a telha da casa eles levam. Roubam tudo, saqueiam tudo e continuam. Agora recente nós obtivemos uma liminar no Superior Tribunal de Justiça onde suspende a demarcação de terras aqui — aqui está a decisão; eu acho que os senhores até podem ter —, suspende todos os procedimentos de demarcação de terra na região do Sul. Mesmo assim, os funcionários da FUNAI estão em área fazendo a medição, desobedecendo à ordem judicial, porque eles se colocam acima de tudo e de todos. Estão lá, estão ali hospedados, ganhando diárias nossa, pagas pela gente, fazendo a medição. O Ministério Público Federal recorreu dessa decisão no Superior Tribunal de Justiça, e recorreu agora o Rodrigo Janot diretamente no Supremo Tribunal Federal. E aqui eu gostaria de chamar a atenção pra vocês nesse aspecto que a gente está observando. Eles não estão ganhando mais no TRF porque os desembargadores do TRF-1 já constataram as mentiras. Não cassam mais liminares nossas aqui, no TRF-1. Não estão conseguindo mais derrubar no Superior Tribunal de Justiça. Então, eles correm direto agora. O juiz em Itabuna e Ilhéus dará a decisão liminar de reintegração de posse. O Ministério Público Federal pula todas as instâncias do Judiciário e vai diretamente ao Supremo Tribunal Federal, alegando que é excepcionalidade e que pode causar comoção pública. Existe comoção pública maior do que ver pais e mães de família passando fome? Não existe! Não olham sequer... Nunca ouviram, senhores, nunca ouviram os agricultores livremente. Nunca nos convidaram livremente pra conversar, nenhuma esfera do Poder; nem o Poder Estadual, nem Federal, nem Ministério Público Federal, ninguém. Todas as vezes que nos ouviram foi à força, foi por solicitação nossa. E nesse recurso que o Rodrigo Janot assina, lá no STF, ele diz que nós fizemos um acordo na peça pra que a FUNAI viesse medir a propriedade pra depois indenizar. Só que eles não apresentaram o acordo. E, por felicidade nossa, os pontos do acordo — que eu vou passar pra vocês — estão aqui. Em momento algum, nós pedimos acordo pra demarcar. Nós pedimos que eles fizessem um levantamento por amostragem e





apresentassem para os agricultores uma proposta pra ver se nós aceitávamos ou não. E eles colocaram no processo que nós fizemos um acordo, e nós recuamos. Só que, pra infelicidade deles também — Deus escreve certo em linha certa —, nós gravamos a última audiência pública — que nós vamos passar pra vocês também o vídeo —, onde a Dra. Maria do Carmo estava presente, do Tribunal Regional Federal. E ela se diz decepcionada por eles não cumprirem os pontos do nosso acordo, que seria não invadir. Ao invés disso, continuaram matando. Aqui, na região de Buerarema, mataram um agricultor, arrancaram o pescoço do agricultor. Dois agricultores estavam na propriedade. Eu não sei se o sobrevivente está aí. Está, não?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - O sobrevivente viu...

O SR. GILDÁSIO GONZAGA - Está com medo.

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Está com medo?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Que esse é outro caso que eu vou relatar pra vocês. Eles invadiram a propriedade, o agricultor desarmado; jogaram o agricultor no chão, cortaram o pescoço do agricultor. Bateram, primeiro, e, no final, cortaram o pescoço do agricultor. O outro estava ferido, conseguiu milagrosamente fugir. Até hoje nenhuma comissão de direitos humanos veio ouvir.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como era o nome dessa pessoa que foi morta?

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Como é que é o nome?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - José Carlos, que está aqui a família. Nenhuma comissão de direitos humanos veio ouvir.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E quem foram os autores da morte?

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - O Pascoal — não foi isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - O Pascoal e o filho dele. O Pascoal, que é cacique, que era assentado do INCRA. E, de uma hora pra outra, porque era





violento, passou a ser índio; queria virar o assentamento uma aldeia indígena. Aí matou também outro, o Pascoal, que está com mandado de prisão — todo mundo sabe onde é que está o Pascoal —, matou o filho daquela senhora lá, que foi líder do assentamento, porque não aceitou se cadastrar como índio. Mas, curiosamente, recentemente, há mais ou menos 2 meses, numa reintegração de posse, o Babau, o todo-poderoso, o deus — eu acho que “deus” minúsculo —, afrontou a polícia, ele e o irmão, lançou o carro contra a viatura da Polícia Militar, danificou o patrimônio, resistiu a uma ordem judicial — estava portando arma —, foi preso em flagrante. Vieram dois secretários de Estado passar o fim de semana em Ilhéus, comissão de direitos humanos de todos os lugares soltar o cara, pressionar o juiz pra que soltasse — dois secretários de Estado, mais uma comissão de direitos humanos. E pior ainda: o comportamento do Ministério Público Federal foi de, mais uma vez, advogado de Babau, que, segundo as informações, foi quem melhor atuou, muito melhor do que os advogados de defesa pra que soltassem. Essa impunidade e essa parcialidade dos poderes públicos constituídos são as maiores responsáveis por toda a violência que existe aqui no sul da Bahia, porque não se trata de fazendeiros, se trata de pequenos agricultores com títulos de 1857. Nós temos os títulos aqui, de 1857. Uma região meramente de pequeno, onde há um programa da CEPLAC, desde o ano de 1970 tratando. E o mais curioso é o seguinte: que o próprio Babau, que se diz índio — eu não vou dizer que não é, porque a OIT diz que é, cada um tem que se autodeclarar; e senão vão querer me pegar de novo —, assina a ata, numa associação de pequenos agricultores — está aqui, se o senhor quiser ver —, numa reunião, no ano 2000, como pequeno agricultor da região. Ele, o pai, a mãe, todos eles participavam da associação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Tem gente aqui que é de lá, né?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Ele participa aqui como pequeno agricultor. Está aqui, ó, o pai nessa ata. Essa ata é de quando?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - De 27 de novembro de 2000.





O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Dois mil. Era pequeno agricultor; todos eles eram pequenos agricultores. Aqui está o pai. Lá na frente... Esses todos agora aqui são cadastrados, marcaram aqui. E aqui, ó: Rosivaldo, o Ramiro Ferreira, aqui a irmã e olha aqui o Babau. Todos eles participavam das associações, porque eram pequenos agricultores. Começaram a cadastrar os agricultores dizendo o seguinte: *“Olhem, se vocês se cadastrarem, vocês vão receber alimentação, saúde e educação”*. Só que o objetivo, depois, quando foi descoberto, mais de 800 pessoas pediram pra se descadastrar, provocadas pela associação. Na época, o Luiz Henrique era o presidente. Só que as cestas básicas continuavam sendo pra os 3.600 cadastrados. E o pior: que desses descadastrados, quase 4 mil, 3.050 a FUNASA disse que nunca viu — na época era a FUNASA que cuidava da saúde —, que eram ausentes mais de 800. Então, quase 100% daquelas pessoas que se cadastraram sumiram.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor tem mais informações para nos passar a respeito disso?

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Eu vou deixar a parte histórica, porque outras pessoas vão...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor referiu aqui que houve omissão do Ministério Público Federal — o senhor narrou essa situação. O senhor pode especificar mais claramente em quais ocasiões o Ministério Público foi omissivo?

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Doutor, esse descadastramento, por exemplo, de 800 pessoas foi levado ao Ministério Público Federal. Nós não temos notícia nenhuma de que foi pedido pra abrir um inquérito pra apurar.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quando isso foi feito?

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Quando foi, Luiz, esse descadastramento?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quando que foi levado ao Ministério Público?

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Na mesma época em que se fez o descadastramento, foi levado ao...





O SR. LUIZ HENRIQUE UAQUIM DA SILVA - Dois mil e nove.

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Hã? Dois mil e nove. Na mesma época foi levado ao Ministério Público Federal. Todos os crimes, se vocês... Nesse documento aqui, constam os crimes que nós estivemos no Ministério Público Federal, e eles também não apuraram sequer nenhum, muito pelo contrário. Só pra o senhor ter ideia qual foi o problema que eles fizeram: quando nós começávamos a divulgar os crimes praticados, já mandaram pra Polícia Federal o inquérito pra apurar o racismo já direcionado em relação a mim. Não mandaram apurar minhas denúncias. Como a gente vê no resto do Brasil, quando alguém faz uma denúncia, primeiro, apura-se a denúncia do acusado pra ver se o que ele falou é verdade. Uma vez constatando que é verdade, vai punir aquelas pessoas denunciadas. Não é assim? Que eu saiba é assim. Ao contrário, mandou denunciar o acusador. Mesmo sendo inocentado no inquérito policial, eu fui denunciado. E não só esse, são vários casos aqui. Eu fui com uma equipe aqui fazer denúncia de estupro. A gente foi, a polícia averiguou. Não existe nada. É uma proteção que a gente não sabe de onde vem ou quem é que manda fazer.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor referiu também que havia um funcionário da FUNAI que dá uma certa coordenação às invasões. Quem é esse funcionário?

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Aqui temos dois funcionários da FUNAI. Nós temos o Flores e temos o Nicolas. Ali nós temos um...

O SR. MARCELO TIMES DALTRO - Evangelista.

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Hã? Evangelista também? Ó, ainda tem um agricultor que está informando ali que tem mais um, Evangelista, que eu não conheço. Naquela mesa daquele rapaz de amarelo lá, quem mandou o recado pra ele foi o Nicolas.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual é o recado? O que esses funcionários da FUNAI fazem especificamente?

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - *“Saia da terra, que amanhã a gente vai ocupar.”*

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nessa ocupação, é usado veículo público, alguma coisa assim?





O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Veículos públicos, muitas Rangers, muitos carros locados que vêm de fora — devem ser de locadora contratada pela FUNAI, pagos com nosso dinheiro — são utilizados nas invasões. E o pior ainda: que os funcionários que dirigem são todos ligados à aldeia. São todos lá de dentro; não são nem funcionários de carreira. São funcionários que eles indicam pra ficar utilizando o veículo diuturnamente.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - São agentes de saúde indígena?

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Eu não sei se são; só sei que são da aldeia.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas são funcionários da aldeia ou funcionários da FUNAI?

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - São contratados da terceirizada que faz o serviço.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual serviço?

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - O serviço de motorista.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor falou antes sobre a fraude contra o BNB. Eu não entendi qual é o vínculo da fraude com os indígenas.

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Veja só: quando se é indígena, tem algumas prerrogativas, facilidade na liberação do crédito. Você não tem que provar muita coisa. Alguns foram, inclusive, aliciados a serem índios com a promessa de que, com 60 anos, o índio se aposenta e não precisa provar tempo de contribuição. Basta ser indígena e ter 60 anos. Então, muitas dessas pessoas eram levadas a esse tipo de coisa, a se cadastrarem para ter esse benefício da aposentadoria. E a fraude no BNB, por ser indígena, tem algumas prerrogativas legais que o isentam de comprovação. Então, você chega lá, diz que é índio, então o BNB libera o dinheiro pra plantio. Só que o BNB tem uma dotação orçamentária “x” pra aplicar naquela região. E ele trabalha com a margem, como eu falei, de inadimplência. Só que essas pessoas que eram levadas pra o BNB não eram índios, não plantavam. Então, pegavam o dinheiro. Inclusive, a Polícia Federal fez um trabalho. Teve prisão na época disso aí, prendeu — fez um trabalho muito bom; a gente tem que falar da





Polícia Federal, que tem feito um trabalho muito bom aqui na região —, prendeu as pessoas. Depois, o BNB suspendeu o financiamento pra outros agricultores familiares, justamente por causa dessa fraude do BNB.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Há envolvimento também do Babau nessa fraude? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Não, eu não sei informar.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu solicito a gentileza a quem estiver com o telefone ligado que, por favor, o coloque no silencioso, porque isso está interferindo na reunião.

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Não, eu não sei informar se há o envolvimento dele nessa...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Passo a palavra ao Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - O senhor falou de um trabalho de aliciamento de pessoas, que eram agricultores, para que se declarassem índios. Gostaria que declinasse nomes de pessoas, se possível, e de organizações que tenham feito esse trabalho.

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Nós temos aqui na região, segundo os relatos dos agricultores, o CIMI tem feito esse papel aqui. E nós temos também relatos de agricultores de que o Nicolas, inclusive no processo de reintegração de posse da fazenda do Sr. Juvenal — eu não sei se o Sr. Juvenal está aqui presente —, na hora que a Polícia Federal estava presente, ele chamou o Sr. Juvenal à parte e disse assim: *“Se o senhor se cadastrar como índio, a gente resolve esse problema. A sua fazenda não vai ser mais invadida”*. Aí, ele não se cadastrou, e a fazenda foi reinvasada, mais de quatro vezes. Outra coisa que eu gostaria de dizer: ordem judicial aqui e nada são a mesma coisa. Não vale nada. Só vale para a gente; para eles, não. Eles dizem, em audiência... Se os senhores requererem na Justiça Federal os vídeos das audiências, vão ouvir eles falando até para o próprio magistrado, durante a audiência: *“Reintegra hoje, mas eu não garanto. A comunidade volta amanhã”*. Aqui, a maioria tem propriedade que foi invadida uma vez, teve reintegração e, no outro dia, foi invadida. E o efetivo da Polícia Federal é muito pequeno para dar conta dessa demanda.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está bem. É isso, Sr. Abiel?

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Isso.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mais alguma pergunta? (*Pausa.*) O.k., eu vou chamar para ser ouvido o Sr. Luiz Henrique Uaquim da Silva.

Peço silêncio, por favor.

O SR. LUIZ HENRIQUE UAQUIM DA SILVA - Bom dia a todos! Eu acho que é um momento histórico o que nós estamos vivendo. Todo o povo de Ilhéus, Una e Buerarema se sente honrado com a presença desta CPI, desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso é um desejo nosso já de mais de 8 anos. Esta associação foi fundada em 2009. Eu fiz parte da coordenação e a presidi por dois mandatos. E construímos, ao longo dessa história, um processo emblemático dentro da demarcação de terra no Brasil. Eu acho que ficou clara, no depoimento do Presidente Abiel, a omissão do Estado. Esse processo ainda é administrativo. Ele está na esfera administrativa. Ele acaba de ser suspenso por liminar. E é muito clara a decisão do desembargador quando diz que uma das consequências — eu até diria até causas — que suspende esse processo... E a isso eu quero me ater, para contribuir com vocês, para não ser redundante, em função do que já foi dito. Eu quero me ater às causas que geraram esse processo. Eu acho que esta CPI, que vem da esfera política — e é daí que vai sair a decisão para esses relatórios fraudulentos no Brasil — tem essa função, esse objetivo de trazer à baila essas discussões, com documentos, com depoimentos, mas, acima de tudo, de investigar a causa que gerou esse relatório. Eu diria até que, independentemente das injustiças que tenham sido feitas com os povos indígenas, há de se observar o Estado Democrático de Direito em que a nossa sociedade está inserida. E é aí que está o erro. É aí que a CPI precisa investigar. O que se está deixando de fazer? O que existe na Constituição e não se cumpre? Quando você está numa audiência, como eu estava, em Salvador, junto com o Governador do Estado da Bahia, junto com o então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo... O exército chegou na região, a Força Nacional estava na região, tudo para se pacificar esse conflito. E eu fiz a pergunta ao Ministro — queria deixar isso registrado: *“Ministro, a partir de hoje,*





uma vez que não existe homologação, não existe portaria dizendo que a terra é indígena, o processo é administrativo...” Esta pergunta eu faço ao Ministério Público todos os dias: “Procurador, cadê a portaria? Cadê a homologação? Cadê o registro em cartório? Não tem. E por que o senhor permite as invasões? Por que o senhor está dizendo que a terra é indígena, se quem tem a escritura é o agricultor?” Eles não sabem responder. Fiz a mesma pergunta ao Ministro: “A partir de hoje, não tendo decreto, não tendo portaria, nada registrado em cartório, o senhor pegue o Estado, ponha aqui dentro da região e não permita mais uma invasão”. O Governador disse: “Eu aceito”. E o Ministro disse: “Não aceito”. Quando eu ouvi aquilo, eu disse: “O processo não é mais constitucional, é ideológico”. Um Ministro de Estado não pode concordar com o que é errado, com o que não é constitucional. Naquele momento, ele aceitou as invasões. E é isso que está acontecendo até hoje. Como disse o nosso Presidente, nós tínhamos todos contra um só — o Ministério da Justiça, o Ministério Público Federal, que não sabe responder à pergunta. Tem decreto? Tem portaria? Não. E por que ele não é o dono? Ele mora na terra. Essa é a questão emblemática de Buerarema. Aqui os pequenos residem, e residir é cláusula pétrea da Constituição. É a minha residência. Eu não posso colocar uma causa como essa abaixo de um desejo ideológico de demarcação. Então, eu quero me ater a dois pontos para contribuir com esta CPI. Primeiro ponto: de onde originaram esse relatório e a forma errada com que se gerou o relatório? É aí que tem que ir a investigação. E é em cima disso que foi dada a liminar. Ora, se foi dada uma liminar em cima de um pedido, baseada em uma tese como essa, a tese da tradicionalidade, se um desembargador acata um pedido desse, é porque já há um julgamento, um julgamento em benefício do pedido. E como foi criado isso? Aí eu abro a denúncia. A antropóloga contratada pela FUNAI, Susana de Matos Viegas, defendia tese acadêmica em Lisboa, na universidade, quando participava de uma tese de mestrado sobre etnia tupinambá. É muita coincidência você defender uma tese sobre etnia tupinambá em Lisboa e chegar a Buerarema e dizer que a etnia aqui é tupinambá. Essa coincidência, ela nega no livro que ela mesma publica, de autoria dela, na página 37, parece-me. O nome do livro é *Terras Caladas*. Ela diz que esses povos daqui não descendem dos tupinambás. Então, em uma reunião — está escrito nos sete volumes que a FUNAI apresenta —, ela nega a etnia





tupinambá e decide, numa reunião de conversas: “*De que etnia você é?*” É assim que está relatado. “*De que etnia você é?*” Aí alguém levanta e diz: “*Meu avô era tupinambá*”. “*Ah! Então, vocês são tupinambás*”. Aí nasce o desequilíbrio socioeconômico de uma região. Aí nascem, já como consequência, os crimes que foram relatados. Porque nós não temos que nos ater só aos crimes. Os crimes são consequências. Fulano acha agora que, porque é índio, mata todo mundo e não vai preso. O outro acha que invadir roça de cacau é de interesse pecuniário. Está rico! Mas a causa está lá atrás. E qual é a causa? Aí se criou uma falsa etnia e se evoluiu com o relatório, para se concluir que aqui era terra tradicionalmente ocupada. É aí que está o erro: quando, de forma fraudulenta, se constrói a etnia para se definir que não é uma reserva que não é uma reserva; poderia ser uma reserva. Isso é constitucional. Mas não, é melhor dizer que é terra indígena, porque aí ninguém paga nada a ninguém, aí o Estado está livre de tudo e aí se constrói um caos social do tamanho que vocês acabaram de ouvir. Então, onde está o foco da CPI, no meu entender, e não só aqui em Buerarema? Porque já se demarcou mais de 97% do que estava previsto na Constituição brasileira. Não há mais por que se criar terra onde não existe! Ou será que todo o Brasil agora vai ser demarcado? É daí que sai o conflito. Não há tradicionalidade, é isso que tem que ser investigado. Por exemplo, como não há tradicionalidade? Todo mundo aqui viveu aqui, até o dia do relatório, como se fossem pequenos agricultores. Nunca se viu aqui ninguém de pena, nunca se viu aqui ninguém com arco e flecha, nunca ninguém falou que eram todos índios. Somos todos descendentes — de negros, de índios —, somos mestiços. No dia seguinte à publicação do relatório, já tem gente com saia, já tem gente com pena na cabeça... Olhem o problema que é criado, com um relatório fraudulento como esse! E o que tem que ser negado? O que tem que ser negado — e não só aqui, no meu entendimento, mas a nível nacional — não é a questão de ele querer ser índio ou não: esse é um problema dele. A questão é: não existe ocupação permanentemente tradicional. Há uma confusão, e isso foi discutido pelo Nelson Jobim, quando era Ministro. E ele tem razão: “*tradicionalmente ocupado*” não é advérbio de tempo. Não é que lá em 1500 se ocupava aqui a região; “*tradicionalmente*” é modo, é maneira. Ou seja, você está ocupando como índio? Você precisa da terra para sobreviver? É imprescindível aquela terra? Não, como é imprescindível? Quem criou o movimento





trabalha no cartório, Cláudio Magalhães, funcionário público. Quando esse rapaz precisa da terra para procriar? Nunca precisou! Mora na cidade, anda de celular e carro. Todos eles eram assim. Aí está a mentira do processo, quando se dá a condição de eles serem o que eles não eram. E aí passa a criar um conflito na região, gerando mortes, gerando prejuízo econômico, gerando prejuízo social. Então, a CPI tem, sim, esse compromisso de descaracterizar esse relatório, deixando de ter nesse relatório o que eles mais insistem dizer que têm, que é tradicionalidade. Não existe isso. E, se a CPI for nessa linha de investigação, não é só Buerarema que vai frear, vai frear o País quase todo. Porque há de se respeitar a Constituição de 5 de outubro de 1988: terras tradicionalmente ocupadas são aquelas ocupadas em caráter permanente, imprescindíveis para a sua procriação, o seu bem-estar, a sua alimentação e tudo o mais. Eu estive na FUNAI no dia que fui protocolar o nosso processo de defesa, e lá estava um cidadão de Pernambuco com um bocado de arcos e maracas para vender para essa turma, porque eles não sabem fazer uma flecha! Aí nós temos que engolir isso! Por que nós estamos engolindo isso? Pela ausência do Estado. Por isso, eu disse ao Deputado Alceu em Brasília, quando lá estive com o Fernando... É isso? *(Pausa.)* Eu estive lá com o Abiel. Eu disse: *“Cabe, sim, uma ação da esfera política para frear de vez, neste País, esse caos”* — um país que está passando uma crise horrível, e ainda se insiste em fazer demarcações como essa, em uma área de pequenos produtores, pessoas pobres, com 2 ou 3 hectares. Então, se vocês não se ativerem, não se apegarem a esta questão da tradicionalidade, que é o primeiro item que eu falo, nós vamos ficar aqui investigando crime: *“Quem matou fulano?”* Mas isso não anula o processo, não é isso que anula o processo. Botar fulano na cadeia, botar Babau na cadeia, isso anula o processo? Não. O que anula o processo é o político trabalhar com a 215, é vocês levarem um relatório pronto, com investigações claras, dizendo: *“Esses processos são fraudulentos”*. Olhem o cadastro, olhem como a coisa é fraudulenta! E uma coisa leva a outra. Quando você cria o relatório, você tem que ter elementos. Cadê os índios? Ninguém tem, mas está ali: 3.050 pessoas. Você já passou isso para eles?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)





O SR. LUIZ HENRIQUE UAQUIM DA SILVA - É o outro, esse aí! (*Pausa.*) É só para registrar que o nosso Presidente já entregou. Só para vocês ficarem sabendo, só para deixar isto claro, olhem como uma coisa gera outra: quando você trabalha com mentira, tudo é consequência da mentira. Eu fui, na época, à FUNASA e pedi, pois lá estavam no mural 1.200 cadastrados. Nós fotografamos isso, está no nosso processo de defesa. Pedi ao Procurador do Município de Ilhéus que pedisse à FUNASA o nome dos cadastrados e se tinha algum ausente. Ele nos entregou isso aqui: *“Relação de pessoas ausentes: 3.050 pessoas”*. Eles nunca viram! Está aqui o nome, com identidade e tudo. Esse processo é fraudulento ou não é? Então, se nós continuarmos aqui discutindo esse processo e não alimentarmos a CPI com a verdadeira causa do problema, essa solução não vem. Eu acho que tem que ser tudo junto, como disse o nosso Presidente: somar todos os crimes para poder botar um freio, ir para cima das instituições públicas. Ministério Público Federal deixa a desejar. Nunca vi, no dia... Ali está o irmão e o pai do amigo Péu. E eu ainda era Presidente. Cercaram a fazenda do companheiro Alfredo, que está ali, que é o Vice-Presidente da Associação. O Babau, cheio de homem armado, metralharam tudo. O cidadão botou a mão pra cima, para se render. O tiro passou em uma mão, saiu na outra. Eu estava sabe onde? No Ministério Público, narrando para a Procuradora: *“Doutora, a senhora tem que mandar a Polícia Federal pra lá. Eles vão matar todo mundo!”* Você viu alguma coisa? Sabe o que disse depois a Procuradora? *“Eram armas de brinquedo.”* (*Manifestações no plenário.*) E eu disse a ela: *“A senhora só vai acreditar no que eu falo no dia que eu trazer aqui dois ou três corpos e botar aqui na porta”*.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual era a Procuradora?

O SR. LUIZ HENRIQUE UAQUIM DA SILVA - Fabiana, não é...? (*Pausa.*) Flávia, Flávia! Está registrado lá. Pegaram o Presidente da Associação do Assentamento de Ipiranga, cortaram as orelhas, mataram o rapaz. Está ali a irmã do rapaz e a mãe do rapaz. Aí eu pergunto... São os crimes que vêm após a fraude. Nós temos que atacar primeiro a fraude. E os crimes? Se existe o Estado que eu falei, estavam todos presos! Mas não existe. Não sei o que a CPI pode fazer. Agora, peço também que investigue, além da tradicionalidade, a questão do cadastro





fraudulento. Correm nas esquinas, cadastram qualquer um, a qualquer preço, como disse o Abiel, com falsas promessas: promessa de terra, promessa de dinheiro. A pessoa põe o nome e nem sequer sabe onde é a terra! Olhem aqui, 3.050, e ninguém sabe quem é! Mas o nome ele já levou. E vende isso em Brasília, vende isso aqui em Brasília como se aqui dentro tivesse mais de 7 mil índios! Olhem o que o Abiel falou: uma terra com 13 hectares, com 500 famílias dentro. Está lá o pedido para não reintegrar. É nisso que a CPI tem que se debruçar, e somar a isso, porque esse relatório vai parar dentro do plenário, no meu entendimento. E o que objetiva, no meu entendimento, hoje a classe política é esclarecer o que é terra indígena, o que não é; é esclarecer as fraudes, o que pode continuar e o que não pode continuar. Então, eu deixo aqui, para não me alongar mais, a minha contribuição em dois pontos só: a questão da tradicionalidade e a questão do cadastro fraudulento que se forma. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Muito obrigado.

Eu peço a presença do Sr. Edgard Freitas de Siqueira, por favor. (*Pausa.*)

O SR. EDGARD FREITAS DE SIQUEIRA - Bom dia a todos! Realmente, hoje é um dia muito especial, e eu não sou muito afeito a falar em público, mas eu tenho certeza de que, se o nosso amigo Mário estivesse vivo, ele teria ligado para mim: "*Meu filho, você, que conhece bem o processo, é o momento de você ir lá falar*". E realmente eu não deixaria de vir aqui falar. Os senhores estão aqui numa cidade muito especial. Buerarema é uma cidade de uma comunidade ordeira, que clama por mudanças. E ela teve a percepção de que as mudanças eram tão necessárias, que foi a única cidade na Bahia em que Dilma perdeu a eleição. Então, vejam a percepção dessa comunidade de que alguma coisa tinha que mudar! E a vinda dos senhores aqui é nesse sentido, de que as coisas têm que mudar. E nós vamos tentar oferecer aos senhores alternativas para que essas mudanças aconteçam. Luiz Henrique foi muito feliz nas colocações do que é mais pertinente no momento, nas questões do processo em relação à tradicionalidade. Eu me lembro que na constituição está lá escrito: um órgão federal reconhecerá o direito aos índios. Que órgão é esse? A FUNAI. Eu assisti ao julgamento no Supremo daquela questão da Raposa Serra do Sol. A defesa oral daquele julgamento foi feito pelo Ministro Rezek. E, naquela ocasião, o Ministro chamou atenção à questão da autodeterminação dos





povos, ao perigo que aquilo representava. Ele fez uma explanação brilhante, como renomado jurista, e surpreendentemente ele tomou 11 a 0. E tomou 11 a 0 por quê? Porque os Ministros do Supremo, eles no voto simplesmente falavam o seguinte: “A FUNAI é o braço técnico”. O que a FUNAI, teoricamente ou dentro da legislação, determina, eles vão cumprir. Então, se não mudar o que a FUNAI regularmente pratica, fica difícil, como o Luiz Henrique falou. Nas audiências públicas, há limitação por lei. As coisas ficam no que está. Então, a gente espera que essa questão mude. Eu vou me ater a algumas questões técnicas do processo, porque, na elaboração desse estudo, eu participei diretamente no trabalho de campo. Eu é que acompanhei a antropóloga na realização desse trabalho. E veja só, a antropóloga portuguesa — só para enriquecer o que o Luiz disse —, ela veio aqui muito antes fazer turismo sexual. Isso é fato. Ela conquistou um nativo, supria o nativo com todas as questões materiais e, em seguida, começou a escrever o livro *Terra Calada*. Com esse livro, em seguida, ela foi para Coimbra defender uma tese de doutorado e voltou para aplicar na região essa tese. Foi quando começou o nosso pesadelo na região. Foi aí que realmente começou a se criar essa questão. O que aconteceu?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Desculpe-me interrompê-lo. O senhor pode especificar com quem que ela teve envolvimento?

O SR. EDGARD FREITAS DE SIQUEIRA - Com um nativo, que seria um parente da cacique Valdelice.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual é o nome dele?

O SR. EDGARD FREITAS DE SIQUEIRA - Ah, o nome não me ocorre, mas é possível...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O.k.

O SR. EDGARD FREITAS DE SIQUEIRA - Aí, o que aconteceu? Eu produzi um trabalho aqui. Vejam só, em todo o País a demarcação de terra indígena é alvo de denúncia sobre os critérios fraudulentos usados pela FUNAI nos processos demarcatórios. Aí, na nossa região, muito antes desse estudo, da publicação do relatório, nós começamos a ser vítimas de algo que foi novo em nossas vidas. Não existia nenhuma aldeia na região. As fazendas, antes de se publicar o relatório, começaram a ser invadidas, propriedades particulares. Não existia nenhuma aldeia





tradicional na região, então era necessário que tivessem aldeias. Então, se começou a fazer as invasões. Eu tenho aqui a relação de algumas fazendas em que ocorreram as invasões, que passaram a se tornar aldeias. Não tinha aldeia nenhuma. Era o primeiro passo. Como é que se vai criar uma reserva, se não tem aldeia? Se começou a invadir as fazendas particulares. Hoje existem 22 aldeias.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A partir de que ano?

O SR. EDGARD FREITAS DE SIQUEIRA - Deixa eu pegar... 2004. Deixa eu localizar aqui onde eu coloquei essa... A partir de 2004, Procurador. Aí todas as fazendas começaram a ser invadidas. Hoje são 22 fazendas que se tornaram aldeias tradicionais. Aí começou o cadastramento indiscriminado. Precisava de pessoas. Inicialmente, eram 1.200 pataxós, não eram tupinambás. Nós temos esse documento, está lá na FUNASA. Eles eram pataxós. Mas os pataxós se queixaram. Disseram: *"Espera aí, pataxós não! Aí nunca existiu!"* Aí sofreram a mutação, se tornaram tupinambás. Não eram pataxós, houve essa mutação. Pois bem, aí eram 800, inicialmente. Em pouco tempo, chegou a 10 mil. E a gente começou, com eles... Além do Banco do Nordeste, alguns pequenos produtores foram enganados. Diziam que, com a demarcação, eles iriam ampliar as suas áreas: *"Bem, você se cadastra; em vez de 10, você vai começar a ter 20 ou 30 hectares."* Aí a turma começou a se cadastrar. A associação tomou conhecimento dessa prática, aí a gente bolou um formulário orientando as pessoas que elas estavam enganadas, que com a demarcação as terras seriam socializadas e eles também iriam perder. Foi aí que começou o processo de descadastramento. As pessoas disseram: *"Epa, estamos enganadas!"* Aí correram para a FUNASA e começaram a se descadastrar. Aí cabe uma pergunta ao pessoal da CPI, eu pergunto: será se o cacique, se o grande cacique Raoni chegasse na FUNAI e dissesse: *"Eu vou deixar de ser índio, eu não quero mais ser índio"*, será se seria aceito? Será que eles aceitariam essa condição de o grande cacique Raoni chegar lá e dizer: *"Eu não querer mais ser índio"*. Aqui aconteceu! Como é possível índio deixar de ser? Isso é possível aqui na região. Isso, por si só, já era um motivo para esse relatório ser anulado. Não tem lógica! Poxa, o camarada é índio! Se a FUNAI fizesse um levantamento da identidade de todos esses, como foi mostrado aqui, o pequeno agricultor Babau,





todos têm o registro na Secretaria de Segurança Pública como brasileiros brancos. Estaria lá. Não teria ninguém com a carteira indígena, que foi *a posteriori*. Isso vai na linha da tradicionalidade. Eu vou contar um caso aqui, é o seguinte: uma vez eu vinha da minha propriedade e, na estrada, tinha uma senhora. Eu identifiquei. Parei o meu carro. Era a boa e velha Isabel, uma senhora que trabalhou comigo — negra, aquela negra que a gente chama de azulão, a pele fina. Parei o carro e disse: “Ô, Dona Isabel, está indo para a cidade?” Ela disse: “Estou, Seu Edgar”. Eu disse: “Entra aí, Dona Isabel”. Eu abri o carro, ela entrou. Aí, dentro do carro, eu perguntei: “E Seu Manoel, Dona Isabel, como é que está?” Ela disse: “Manoel está trabalhando na roça”. Eu disse: “Oh, que bom, Dona Isabel. Vocês compraram uma terrinha?” Ela disse: “Não, Seu Edgar...” Ela disse: “Compramos uma terrinha”. Eu disse: “Oh, que bom! Mas logo agora, com essa questão indígena, vocês foram comprar terra?” Ela disse: “Nós não temos problema, não, Sr. Edgar”. Eu disse: “Como não têm problema?” “Nós somos índios”. Eu parei assim e pensei: “Rapaz, como é que pode?” Pode! É imoral, mas é legal. É imoral, mas é legal, a partir da adesão à Convenção 169, que está lá e diz: “O homem é o que ele se autodenomina e a sua consciência é critério para definir a qual grupo ele pertence.” Isso é o que tem que mudar. Como é que pode? Quer dizer, aquela ideia que a gente usa de dizer “falsos índios” é equivocada da nossa parte. Nós temos que entender que eles são índios, índios autodeclarados, índios autodeclarados! São índios da Convenção 169. E aí, com esse entendimento, a gente derruba a tese de tradicionalidade. Se eles são autodeclarados, não tem por que funcionar a tese de que a terra é tradicional. Eles são os índios autodeclarados, índios da Convenção 169 da OIT, porque eles não existiam antes. Então, com esse entendimento, fica claro, como o Luiz falou, que o cerne da questão é isso aí: é provar que não existe tradicionalidade. E se eles são autodeclarados, não tem por que esse processo continuar. Então, eu sempre digo: a gente pode dizer que Xuxa, Pelé, qualquer um pode se autodeclarar. A lei permite. É imoral, mas é legal. A gente às vezes fala muito “falsos índios”. Não, são índios, são índios da Convenção 169. Então, a gente tem que realmente ver essa questão, porque é o que está acontecendo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sr. Edgard, se o senhor não se importa, o senhor referiu que acompanhou os trabalhos





antropológicos. O senhor podia nos narrar o que o senhor viu de errado, durante o desenvolvimento desse trabalho? Porque para nós interessa mais as questões fáticas. Se o senhor não se importar, não quero lhe cortar a linha de raciocínio.

O SR. EDGARD FREITAS DE SIQUEIRA - Pois não. Sabem, no campo, na realidade, nessa fase, quando o relatório foi publicado, a gente se tornou um pouco de advogado e de pesquisador, porque era um fato novo nas nossas vidas. Na realidade, a gente enfrentava um todo. Existe a lei para se criar reserva indígena. Não tem a lei como evitar isso. Então, a gente realmente ficou tateando para que lado ir, entendeu? Nós apanhamos de antropólogos, apanhamos de advogados, porque realmente há um rolo compressor nesse processo. Eu acho que, no Brasil inteiro, nada se compara ao que está aqui no campo. Se o senhor for, tiver a oportunidade de ir ver, *in loco*... Por exemplo, foi criada uma associação de pesca, a Associação de Pesca Tupinambá de Olivença. Um logotipo maravilhoso! Quilometro 58, entre Ilhéus e Una. Aí, pegamos o carro, fomos localizar. Adentramos um... tentando localizar onde era a associação. Não existe a associação. Existe lá um matagal. Não tem nada, benfeitoria, não tem um barraco no local! E foi uma ferramenta paga, para angariar recurso. Isso é fato, está lá: quilômetro 52, Pontal Una. Você abre o relatório, aí você viaja. Dá a impressão de que existe lá um porto pesqueiro, de que o pescado é distribuído na comunidade indígena, de que eles vão ao mar buscar proteína. Não existe nada. Está lá, basta ir ao local e chegar. Então, são tantas coisas no campo, que... Eu me lembro de uma ocasião em que chegaram os franceses, atraídos pelo relatório fantasioso. Eles estavam numa pousada. Chegaram lá e disseram que eles iam ver as índias dos cabelos longos como a piaçava. Aí pegaram uma van e foram fazer um *tour*. Levaram uma hora e voltaram indignados: "*Fomos enganados! Não vimos índia nenhuma!*" Então, se o senhor tiver a oportunidade de fazer realmente esse percurso no campo, aí o senhor terá realmente um enriquecimento, um juízo de valor real. Agora é o seguinte... Pois não, Luiz.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. EDGARD FREITAS DE SIQUEIRA - Sim, sim! Perfeito, perfeito! Por exemplo, quando foi criado o grupo técnico para elaborar o estudo, aconteceu uma coisa interessante. Ora, se a área é indígena, é o todo. A perimetral deveria cobrir





toda a região. O que aconteceu? Os empreendimentos imobiliários de cada índio foram preservados. Saiu desviando. *“Aqui é o imóvel de Valdelice, não é terra indígena. Contorna. Do lado de cá, é a casa de Cláudio Magalhaes, não é terra indígena. Fica de fora.”* Então, os empreendimentos imobiliários dessas pessoas que eram indígenas foram preservados. Além disso, os hotéis... É uma aberração a linha demarcatória no litoral! Ora, como justificar uma terra indígena que chega no empreendimento turístico e contorna? Aquele Hotel Batuba, por exemplo, não é terra indígena. Chega lá no outro, há outro *resort*, não é hotel. Quer dizer, realmente é uma coisa que não pode ser considerada séria. Então, foram se fazendo curvas. Por exemplo, a própria Valdelice recebeu no Batuba, de presente, um quiosque para explorar a atividade turística. Quer dizer, isso é um sinal de que aquela curva não foi feita de forma normal. Alguém recebeu benefício por aquilo, entendeu? Então, é isso aí. Agora, para finalizar, o que a gente espera é o seguinte: a gente cobra muito do político que a coisa seja feita, e às vezes o político está limitado pelas questões da lei; mas é possível, nesse processo, que os Parlamentares, por exemplo, dentro do embasamento do que vai ser levado daqui, entrem com um projeto de decreto legislativo pedindo que sejam sustados os efeitos desse relatório. E para não dizer que é uma questão unilateral, que se possa criar uma reserva em terra de particulares, como a lei permite — a Lei nº 11.775/2008 —, desde que tenha recurso no orçamento para a gente receber as nossas indenizações. Então, há uma comunidade na região, uma comunidade carente, abandonada pelo Estado — isso é fato, não existiam estradas, não existiam escolas —, que foi presa fácil nessa política. Então, a gente espera que a CPI tenha realmente um aprofundamento em relação à questão da tradicionalidade. A gente tem certeza de que esse pessoal são autodeclarados indígenas, de que a etnia tupinambá jamais habitou a nossa região. Nós temos aqui relatório de renomados historiadores, que afirmam categoricamente: *“A etnia que habitava a região era a dos tupiniquins”*. Uma farta literatura atesta que quem habitava Olivença eram os tupiniquins. Os tupinambás jamais habitaram a região. É isso aí o que eu tenho a dizer.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Muito obrigado.

Eu vou chamar de imediato o Sr. Edivaldo Joaquim da Silva. (*Palmas.*)





O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Bom dia, meu pessoal! Minhas palavras aqui... Eu fui chamado para essa reunião, entrar na lei deles, não é? Mas eu não combinei, não é? Aí com 3 a 4 dias, foram lá e tomaram minha "burarinha". São 8 hectares, viu? Aí eu estou no meio do mundo. Estou em casa alugada. Estou com uma criancinha ali e uma casa alugada. A mãe está trabalhando. Fui obrigado eu a trazer ele. E estou assim no meio de Deus. O meu filho foi mais que me complicou lá também. Foi outro, 4 horas da tarde, na minha casa. Aí meu filho foi quem tomou a frente. Mas, se já deu, já levou, não é? Eu estou aqui na paz de Deus, não é? Obrigado, meu pessoal.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Deixe-me entender. O senhor foi convidado a se cadastrar como indígena, é isso?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Como indígena, exato, exato.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem foi que o convidou?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Quem convidou foi o Pascoal.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Pascoal?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Foi.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está bem. O senhor falou em filho?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Sim, um meninozinho... O filho que entrou no meio, já mandado dele.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O seu filho entrou e se cadastrou também?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Sim, o meu filho. Se cadastrou, foi.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como é que funcionava esse sistema de cadastramento? Eles chegavam às casas e convidavam as pessoas? Como é que funcionava?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Não, eles faziam aquela reunião. Quem queria acompanhar, acompanhava ele. Quem não queria, ele dava... *"Então, você sai fora"*.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem é que fazia a reunião?





O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - O Pascoal.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O Pascoal?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Sim.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E havia alguém da FUNAI junto?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Eu não entendo bem porque eu não conhecia esse pessoal de lá, não é? Eu sempre trabalhei na minha rocinha. Não andava... *(Ininteligível.)*

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está bem.

E qual era a promessa? O que eles prometiam para o senhor?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Não, para mim, eles não prometeram nada, porque eu tinha minha "burarinha", não é? Aí eles ficaram com usura. Foram tomando, tomando, tomando, de grande a pequeno. Aí, quando chegou na minha posição, quando chegou às 4 horas da tarde, disseram: "Ó, vocês desocupa aí, senão eu toco fogo na casa". Aí tinha um vizinho também, que foi quem me ajudou a tirar os "trem" para outro vizinho. Mas, chovendo, o carro não podia descer lá. Aí eu fiquei. Vim aqui, ninguém queria ir buscar, com medo de eles tacarem fogo no carro, lá na ladeira. Aí ficou 8 dias para eu poder trazer meus "trem". Um amigo foi lá e pedi a ele. Foi lá outro, pedi ao outro. Foi aí que ele deu a passagem. E acabou tornou a fechar a estrada.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor saiu da sua casa daí?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Saí.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A sua residência ainda está invadida?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Está invadida até hoje. É a Fazenda São José.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quanto tempo faz isso?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Vai fazer 3 anos.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor morava com quem lá?





O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Eu morava na minha roça sozinho mesmo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor morava sozinho?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Sozinho, é.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o senhor teve que sair no mesmo dia?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - No mesmo dia. Só não deu para eu sair porque carro para vir para aqui era difícil. Dormi na casa do vizinho.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o que eles disseram que iam fazer, caso o senhor não saísse?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Iam tocar fogo na casa comigo dentro.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Foi.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eles estavam armados?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Estavam, estavam. Todos os dois que chegaram lá, todos os dois chegaram armados. Um chegou com um rifle, "catiou" o meu filho. Chegou com um rifle, até amarelo. Os outros, de espingarda, facão. Teve um que foi até com uma taca enrolada assim no braço, para me bater. Mas, graças a Deus, não precisou; eu saí numa boa.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - São 8 hectares minha rocinha. Município de Ilhéus, São José.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Há quanto tempo o senhor morava na sua casa?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Na minha casa, tinha uns 25 a 30 anos.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - De 25 a 30 anos.





O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Eu, trabalhando lá em Dr. Walter, todo mundo sabe, consegui essa terrinha. Comprei com o meu dinheiro, paguei. Eu tenho escritura da minha casa, está ali. Qualquer um que quiser ir lá, eu mostro. Tudo pago, tudo certinho. Mas não posso ir lá.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor chegou a entrar com ação de reintegração?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Entrei, em Ilhéus.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E aí o senhor ganhou?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Ficou lá... Toda reunião a gente vai, mas a conversa é "*espera, espera, espera*". E nós estamos na espera ainda!

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E me conta: o senhor comprou essa terra de quem?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Da mão de... Tem muitos anos. Eu comprei na mão de Santana, de Zuza. Chamava Zuza o dono. Santana.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Esse senhor Pascoal, o senhor já conhecia ele antes?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Já, rapaz! Nós fomos criados lá. Ele comia lá em casa, todo mundo lá. Tudo era vizinho.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E ele era indígena?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Não. Lá não tem nada disso de terra indígena, não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ali na sua terra ou perto da sua terra tinha alguma aldeia?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Não, não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nunca teve?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Não, não, nunca ouvi falar. Eu nasci e me criei lá dentro. Estou com 70 anos e nunca ouvi falar nisso. Estou ouvindo falar agora.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E como é que o senhor sente isso? Como é que foi isso para o senhor? Conta para nós como o senhor se sentiu e como o senhor está se sentindo.

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - A gente sentiu. Até hoje eu sinto. A minha rocinha... Porque a gente está na condição em que a gente está: pago um aluguel de 150 a 200 contos hoje. Não tive condições de comprar um barraquinho para entrar debaixo, nem de plástico eu tive condições. Estou pedindo a Deus que Deus me ajude, que me ajude amanhã ou depois a fazer um barraquinho para eu morar. Eu estou morando no Bairro Santa Helena, ali, alugado.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o seu filho, qual é a participação nisso? Ele o ajudou? Ele...

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Não, ele só me ajudou enquanto eu estava passando por riba, enquanto ele era pequeno, não é? Quando ele ficou com 20 anos, em cima, ganhou o mundo. Ele morreu com 32 anos. Mataram ele na Vila Brasil, os mesmos colegas, que eu mesmo nem conheço.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Seu filho morreu?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Foi, na Vila Brasil. Fez um ano e pouco, agora em maio.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Onde ele morreu?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Mataram ele em Una, na Vila Brasil.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Na Vila Brasil?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Ele sabe onde é. Uma cidadezinha.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor sabe quem é que matou ele?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Não, não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas ele tinha se cadastrado como indígena?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Tinha, ele já fazia muita besteira também, né!





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O que ele fazia como indígena?

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Ele, como indígena, ele entrava nas casas e ia roubar os outros, matar pra roubar. O que tinha dentro acabava. Quem não dividia, ele mandava sair fora, se não matava, como tem muito. A gente sabe disso aqui. *(Ininteligível.)* Ele vai falar isso mesmo também. E aí eu estou pedindo a Deus que Deus me ajude, e que amanhã ou depois eu ache um barraquinho para entrar debaixo. Que eu ache, não, porque hoje ninguém acha nada dado.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, muito obrigado, Sr. Edivaldo.

O SR. EDIVALDO JOAQUIM DA SILVA - Obrigado a vocês aí!

(Pausa.)

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu vou chamar agora o Sr. Josezito Ferreira de Andrade.

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Bom dia a todos e a todas! Meu nome é Josezito Ferreira de Andrade, proprietário da Fazenda Santa Luzia, no Município de Una, comprada em 2000. Eu permaneci lá 12 anos. Fui convidado pelo grupo de Creildo, Creildo da Ipiranga — que se diz cacique, mas não é —, para seguir o caminho dele, mas eu não aceitei. Aí fui convidado duas vezes. Não sei por que ele cismou comigo. A cabo de um ano e pouco, ele conseguiu tomar minha propriedade. Três filhos dele, um irmão de Babau e um de lá desse meio de Babau, do mesmo Creildo, por nome de Créris. Bem, eles chegaram lá em minha casa, e eu estava dormindo junto com minha esposa. Aí eles chegaram às nove e meia, bateram o pé na porta e derrubaram. Aí eu disse: *“Rapaz, o que está acontecendo?”* Ele disse: *“O que está acontecendo é o seguinte: é que você tem que desocupar essa área”*. Eu digo: *“Mas como, se essa propriedade é daqui que eu vivo e daqui que eu tiro meu sustento e pago meus impostos?”* Aí ele disse: *“Não, você não tem nada aqui. Você é um intrusão. Isso aqui é nosso!”* Aí me deitaram no chão, meteram uma “metranca” aqui. Um outro rapaz fez minha esposa deitar, botou dois revólveres a punho: *“Se você levantar a cabeça aí, nós lhe estoura!”* E aí três saqueou a casa. Levou uma grande compra que eu fiz aqui no Mercado Paraguai, 260 reais. Aí





levaram. Levaram uns pertences, chapéu, relógio. *“Cadê o dinheiro que você tem aí?”* Eu digo: *“Não tenho dinheiro não”*. *“Você tem o dinheiro, você é adubou a roça, você tem o dinheiro!”* Aí eu peguei a carteira, mostrei assim, não levantei a cabeça, não. E disse: *“Ó, a carteira está ali”*. Aí foram, levaram 160 reais em dinheiro. E aí o Teity falou: *“Seu Zezito, Seu Zezito, o senhor pode se afastar daqui da fazenda, porque o senhor aqui não é dono de nada. Essa área aqui é indígena, e quem manda aqui somos nós!”* Aí eu, com a cabeça no chão, disse: *“É, está certo, está certo!”* *“E o senhor vai desocupar ou vai insistir? Se o senhor insistir, nós vamos fazer com o senhor como fizemos com o Juraci. O senhor vai ficar aqui!”* Aí minha esposa levantou assim a mão e falou: *“Moço, pelo amor de Deus, não mate meu companheiro, porque eu preciso muito dele!”* Aí: *“Não, hoje ele está me pegando em uma maré boa, ele não vai morrer, não! Agora, não fique aqui, não. Se o senhor ficar aqui, o senhor vai ficar aqui, ó, como ficou o Juraci!”* Eu digo: *“Está bom”*. Aí, no outro dia, vim aqui pra cidade, fretei um carro, fui lá e peguei minhas coisas. Eu me encontro morando aqui na Rua Camacan. Deus me ajudou, que antes disso eu comprei um barraquinho e permaneço nesse barraquinho. Agora viver como? Porque a minha fonte de renda ficou lá. Então, estou vivendo hoje provavelmente passando necessidade.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual é o tamanho da sua propriedade?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - É 21. É 21 hectares.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Vinte e um hectares?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Medida e titulada, sim.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem é Teity?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Teity? Teity?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É.

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Teity deve ser o irmão de Babau. Ele falou lá Teity.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É irmão do Babau? E Juraci, quem é o Juraci?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Não, o Juraci não. É Creildo.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não, não, essa pessoa que foi morta, que ele disse que foi morto.

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Ah, Juraci é um pequeno agricultor que tinha lá na Ipiranga, no Assentamento da Ipiranga. Foi o que mataram, e torturaram, e fizeram a maior barbaridade com o rapaz. Pessoa boa, benquista lá na região. Nós tudo gostava dele.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ele era do assentamento.

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Do assentamento da Ipiranga.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor sabe por que ele foi morto?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Eu não sei, eu não sei. Mas eu acredito que fizeram essa perversidade com ele através de encrenca deles lá e usura, porque ele era uma pessoa benquista e andava na região só pedindo a paz e orientando a gente. Aí, como é uma turma de bandidos, bem, aí de maneira que eu acho que cobraram ciúme e fizeram isso com um rapaz que não merecia.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor conta para nós como é que o senhor se sentiu nessa situação, o senhor sendo agredido lá dentro da sua propriedade, sendo expulso desse formato aí. Como é que o senhor e a sua esposa se sentiram?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Provavelmente a gente fiquemos bem nervoso. Fiquemos tudo parado, sem ter voz, a minha esposa olhando para mim, tremendo. Eu seguro na mão dela e dizendo: *“É, graças a Deus que não mataram a gente, e nós vamos sair daqui com vida e saúde!”* Aí ela disse: *“Oh, Zezito, pelo amor de Deus, vamos simhora, vamos simhora!”* Aí eu digo: “Não, ainda é de noite. Só vai ter carro da Vila Brasil a Buerarema amanhã”. Então, quando foi no outro dia, saímos às 5 horas para o ponto. Viemos até o ponto e embarcamos no carro. Saltamos aqui. Logo, logo, eu fui, ajeitei aí um dinheiro, porque eu nem tinha o dinheiro. Aí o rapaz me emprestou o dinheiro. Eu fui, fretei um carro e fui lá para pegar minhas coisas. Aí, numa faixa de duas horas da tarde, a gente já estava aqui. Aí, depois que a gente saímos de lá da propriedade, o Leozinho — um tal Leozinho que tem aí, que eu não sei de que grupo é ele —





juntou-se com os filhos de Creildo e tocaram fogo na minha propriedade. Queimou umas dez tarefas de cacau lá. Aí, eu conversando com uma pessoa aqui, ele disse: *“Rapaz, mas para justificar, é melhor você ir lá”*. Eu digo: *“Rapaz, e se me matarem?”* Ele disse: *“Não, é melhor você ir lá”*. Aí eu fui. Convidei Valdemir, um rapaz que trabalhava comigo, e aí fui lá. Quando chegemos lá, que eu vi aquele horror, aquela barbaridade, a minha roça queimada, barcaça destruída... Arrancaram porta e destruíram uma outra casa que eu construí lá pra botar os peão. Bem, de maneira que eu saí assim nervoso e não tive mais condições de permanecer lá, nem pra filmar. E também, no momento, eu fiquei com tanta emoção, que não levei o celular para filmar, senão mostrava ao senhor agora. Agora, se o senhor tiver precisão, assim, o senhor traz a testemunha que viu lá a sua propriedade queimada, e porta arrancada, e tudo destruído, eu tenho aqui uma pessoa que pode lhe provar na frente do senhor.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor chegou a entrar com a ação de reintegração?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Entrei. Eu prestei queixa lá na Polícia Federal de Ilhéus, prestei queixa na Polícia Civil. Aí fui até o Ministério Público, que, quando cheguei lá, falei. Aí o cidadão falou e disse: *“Seu Zezito, essa denúncia é grave. O senhor tem certeza do que o senhor está falando?”* Aí eu digo: *“Eu tenho certeza porque eu sou proprietário, sou um pequeno agricultor, permaneço lá na minha propriedade. E o senhor já viu, cidadão, uma pessoa dos cabelos brancos, como eu, vir aqui, para um órgão desses de respeito, mentir?”* Aí, ele: *“É, tá bom, tá bom!”*

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quando isso aconteceu?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Isso aconteceu há uns 7 meses pra trás, uns 7 meses pra trás. Vai fazer 8 meses que eu estou fora da minha propriedade.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor falou com quem lá no Ministério Público?





O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - O nome, o nome do cidadão, eu não anotei o nome. Agora, decerto que lá tinha duas pessoas. Um deles me ouviram. Agora, eu não sei do nome.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ele era procurador? Ele disse que era do Ministério Público, que era procurador?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - É, ele disse que trabalhava lá no Ministério Público.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Diga-me uma coisa: essas pessoas que foram lá disseram ao senhor que eles eram índios, esse Creildo, o Teity?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Foi. Eles falou o seguinte: “Ó, Zezito, quem está aqui lhe botando para fora da sua propriedade é os três filhos de Creildo, o seu vizinho aqui da Ipiranga. O nome desse aqui é Leozinho — que estava com dois revólveres em punho pra deflagrar em minha mulher — e eu me chamo Teity. Diga aonde você for que o meu nome é Teity e que você aqui não tem nada. Quem manda aqui somos nós”. Aí eu digo: “Tá bom!”, de cabeça baixa, pra não levantar a cabeça. “Nós somos da sua região aqui. Você aqui quer ser dono da propriedade, mas você aqui não tem é nada. Isso aqui somos nosso”. Eu digo: “Está bom!” Só fiz dizer assim, eu digo: “Está bom!”

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o senhor já conhecia essas pessoas antes?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Tudo vizinho meu lá. A minha propriedade, ela faz rumo com o assentamento da Ipiranga.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E eles eram do assentamento Ipiranga?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Sim.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eram assentados, então, da reforma agrária?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Sim, sim. Mas aí, depois que eles começaram a crescer, a se dizer, bem, índio e tal e tal, aí começaram a invadir as propriedades, sendo do assentamento da Ipiranga, o Creildo.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Antes desse episódio, o senhor achava que eles eram índios, antes de eles se dizerem índios?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Não, eles diziam que eram índios. Agora, eu não tinha nenhum problema com eles, não. Não criava problema com eles. Eles também não criavam problemas comigo. E ali nós vivíamos assim — “Oi! Oi!” — bem, se cumprimentando, mas sem eu permanecer lá na Ipiranga, eu sendo vizinho. Agora eu, de cá para o meu ponto, a caminho de Buerarema. Mas eu não ia lá frequentar reunião deles e nem participava de cadastrar.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas o senhor recebeu convite para participar de reunião?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Recebi dois convites.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas o senhor não foi?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Não, eu não aceitei.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor sabia que era para se cadastrar como indígena?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Foi. Eles falaram: “Ó, Zezito, se você se cadastrar, a sua vida vai mudar”. Eu digo: “Como assim?” “Vai mudar, que aqui você vai ter cesta básica, você vai ter assistência médica. Você, se tiver filho pequeno, vai estudar sem você gastar; transporte. E aqui você vai ficar de boa com a gente”. Eu digo: “Não, eu não aceito, não”. Aí um dos cujos, eu acho que estava um pouco bebendo, ele disse assim: “É, rapaz, esses velhos corocas assim têm que sair de nossa região, porque não quer se ligar à gente”. Eu digo: “Não, não, eu não me alio a vocês, porque eu saí de Buerarema sendo um cidadão e vou voltar para lá sendo um cidadão, e não bandido”. “O quê, o quê?” Eu digo: “Não, eu estou lhe falando!” Mas, como era de dia, e tinha duas pessoas lá, que trabalhavam comigo lá, se fazendo presente, aí eles saíram. Eu acho que eles se aborreceram com isso, e logo, logo vieram e me botaram pra fora da propriedade.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E quem eram essas pessoas?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Essas pessoas foram um funcionário de Pascoal — funcionário assim — e os três filhos de Creildo.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nessa ocasião do convite, já eram os três filhos do Creildo?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Já era, já, porque são tudo bandido ali.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Esse Creildo está envolvido também?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - O Creildo? É quem mais está, doutor, é quem mais está!

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ele se denomina de cacique?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Claro.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor sempre o entendeu como cacique indígena ou é uma coisa recente?

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - Não. Eu sempre... O pessoal dizia que eles invadia propriedade e que era cacique, e tal, e tal. Aí sempre, porque eu não tinha nenhum problema com eles, eu nunca procurei ir lá e exigir se ele era cacique ou se não era. Mas o povo da região, todo mundo dizia que ele era um intrujão, que tinha se cadastrado como cacique, mas que ele não era cacique. Ele era de um assentamento, pelo INCRA, de pequenos agricultor. Nunca foi cacique, mas depois ele passou a ser cacique, a invadir propriedades.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está bem. Mais alguma coisa? (*Pausa.*)

Muito obrigado, Sr. Josezito.

O SR. JOSEZITO FERREIRA DE ANDRADE - De nada.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Agora, por favor, chamo o Sr. Davi Rege de Sousa. (*Palmas.*)

Eu pediria a gentileza de não fazer manifestações. Não façam manifestações, pessoal, porque isso não tem sentido aqui para nós. Obrigado.

Bom dia, Sr. Davi! Fale perto do microfone, por favor, e conte a sua história para nós.

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Bom dia! Me chamaram aqui para depor o quê?





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Silêncio, por favor.

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - É que esse pessoal que falou aqui, todos, todos que falou aqui, tudo é verdadeiro. E eu conheço todos que já falou aqui. Isso tudo é verdade, sim, o que eles falaram. Aí eles também querem que eu fale, porque eu tenho um filho que está nesse meio lá também, envolvido, quer dizer, dando uma de índio. Não é tanto por isso. Acharia que foi ambição, ou usura, ou olho grosso no que é dos outros, porque esse problema aí não tem nada de índio. Tudo aí é ambição, é usura, para tomar a roça de A e de B. É o que mais eles fazem aí. Eles mesmos me convidaram, convidaram para mim entrar no meio deles. O que foi que eu disse a eles? *“Não.”* Aí eu falei assim, eu dei um de tolo: *“Ó, rapaz, eu não estou conhecendo esse problema aí que vocês estão... pra mim fazer parte desse assunto”*. Eu disse: *“Eu não sei de quem se trata, eu não vou escrever, não”*. *“Oh, rapaz, você escreve.”* Eu digo: *“Interessado é o quê?”* Disse: *“Tem cesta básica, saúde, educação para todos. Aí você faz parte, junto comigo”*. Foi o Babau, a cacique Valdelice e o filho do cidadão lá, vizinho da gente também, de Pinduca. Esse mesmo rapaz, até que já mataram ele há poucos dias. Eles mesmos reuniram lá e mataram. Aí eu disse: *“Não, não faço parte disso aí, não”*. A cacique ficou calada. A cacique não tinha falado nada.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Espere só um pouquinho, Sr. Davi.

Pessoal, por favor, peço a gentileza de manter o silêncio, porque senão a gravação não vai ficar boa, e nós precisamos que isso seja ouvido lá depois. Então, por favor, silêncio.

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Exatamente. A cacique não tinha falado nada. Assentada lá na minha roça, lá na minha roça. Eu disse: *“Olha, eu não estou entendendo esse problema de vocês. Eu não vou fazer parte, não”*. Eu disse: *“Está muito cedo para eu me inscrever com vocês. Deixa eu entender primeiro, pra poder, então, eu me inscrever com vocês”*. Aí a cacique levantou, deu pra ela. Ela levantou e disse: *“O senhor hoje disse que não quer se inscrever, que não está entendendo, mas amanhã vai ser muito pior para o senhor”*. Aí eu disse: *“Por qual motivo?”* *“Sim, vai ser!”* — ela falou para mim. Eu disse: *“Eu não faço parte desses assuntos,*





porque eu não estou entendendo". Ela disse: "Ah, não, você não quer fazer parte, mas amanhã vai ficar muito tarde pra vocês". Aí eu acreditei no meu direito, da minha roça, que é medida, titulada, registrada. Foi de pai para filho. Aí a gente mediu, e temos lá essa roça. Ela falou assim, aí eu disse: "Olha, minha senhora, a senhora sabe para quem fica tarde? É para quem faz as coisas erradas, mas até hoje eu nunca fiz nada errado. Então, por mim, todo dia está cedo para mim". Mas ela me repeliu, porque eu falei que hoje estava tarde, amanhã podia... Ela disse que estava tarde. Eu disse: "Olha, eu estou achando cedo". Aí ela me repeliu: "Porque hoje é cedo, mas amanhã pode ser muito tarde". Eu, confiando no meu título, na minha roça, disse: "Não, para mim nunca nada vai ficar tarde, porque eu só faço coisa certa. Eu nunca, até hoje, na idade em que estou, nasci e me criei aqui, nunca fiz nada errado, para mim todo dia é cedo". Foi isso.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor conhecia antes a Dona Valdelice?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Não. Foi o dia que ela esteve lá na minha roça, foi esse dia só.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor não a conhecia antes?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Não, não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O Babau o senhor conhecia antes?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - O Babau eu conheci desde criança, que nós fomos criados tudo perto um do outro. O avô dele, o pai dele, tudo eu conheço. O pai dele é o último amigo da gente.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o Babau, ele era indígena?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Já era?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quando o senhor o conheceu — foram criados juntos —, quando eram pequenos, ele era indígena?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Não, não. Nunca foi, nunca. Aí nessa região nossa, nunca teve negócio de índio. Isso aí é uma ilusão que eles criaram. Mas eles





criaram por motivo de quem? Aí a gente pode queixar a quem? À própria Justiça, que foi quem deu apoio a eles, porque eles não são nada disso. Porque, se eles fossem índios, eu também era. Eu nasci primeiro do que ele! (*Risos.*) Eu nasci primeiro do que ele. Eles nasceram por último. Foram criados aí no Padeiro, a gente morando no Marunhum, quase vizinho uns dos outros. Eles foram criados todos aí.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ele não é índio? O fenótipo dele, o tipo dele é o quê? Ele é uma pessoa negra?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Da minha qualidade, da minha qualidade. Nós somos mestiços, porque índio aqui, não existe índio. Existe mestiço. Aí pode a gente ir pra qualquer lugar dali, escarafunchar ali, tantinho por tantinho, que índio não existe. Eu já vi índio em Mato Grosso, mas aqui nessa região da gente!? Nunca existiu índio aqui.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o Babau? O pai dele também não é indígena?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Não, não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o pai dele mora... é vivo ainda?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Nós mora juntos.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O pai dele é vivo ainda?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - É, moram juntos aí no Padeiro?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eles moram no mesmo lugar em que eles já moravam?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Tudo, tudo, na roça deles mesmo. Moram na roça deles mesmo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Lá não era aldeia?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Não era, antigamente não. Criaram agora há poucos dias, com esse (*ininteligível*) de alguém que deu essa força. Ninguém aí era. Esse outro rapaz que falou aí, esse Pascoal, esse Pascoal não era nada, também. Hoje já é cacique. O Creildo já é cacique. Quer dizer, esse povo são cacique porque está tendo alguém que está dando essa liberdade. Isso é que é a verdade.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o pai do Babau, qual era a cultura dele? Ele era cultura brasileira, era indígena?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Nasceu aí também no Padeiro, aí. Tudo família daí mesmo, tudo de movimento daqui.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual é a religião dele, o senhor sabe? A do pai do Babau?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Dizem eles que são católicos. Religião é católico. Todos eles é católico.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o Babau, o que ele fez durante a vida dele? O que ele fazia como atividade?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Mora mais os pais, que nem eu e outros moravam.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É? E trabalhava com o quê?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Trabalhava com o quê? Na roça, igualmente. Eu fui criado nessa região aí morando mais meus pais. Esse rapaz aqui me conhece há um bocado de ano.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quer dizer, não eram índios de jeito nenhum?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Não, não, não, senhor, nada de índio! Existe hoje porque, se o cara se inscrever, é índio.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - O Babau se autodeclarou índio. Agora, os pais do Babau se declararam índios também?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Não, o pai dele morreu sem nada de índio. Nunca falou que era índio, nunca.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - O pai dele já faleceu? Há quanto tempo?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Tem muitos anos, tem muitos anos.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - O pai de Babau.

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - O pai de Babau, não! O avô, o avô!

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Eu falo do pai do Babau. Ele se autodeclarou índio?





O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Não. Se ele se declarou agora, foi por causa do filho, não é? Porque, se o filho é o cacique, ele deve ser alguma coisa de índio também, não é? (*Risos.*) Entendeu?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor disse que o senhor tem um filho que se declarou indígena, é isso?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - É, tem um filho meu que passou pro lado de lá.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual é o nome dele?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Domingo. Agora, veja só, o pai não é índio, a mãe não é índio, e o filho é índio. Então, esse negócio é roubado! (*Risos.*)

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E me diz uma coisa: o senhor foi ameaçado de ser expulso?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não? O senhor não teve ameaça de expulsão?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Não, eles nunca buliram... Nunca teve lá reclamação comigo, não. E eu moro lá (*ininteligível*). Está todo mundo tomado! Não tem ninguém lá pra dizer: "*Aqui é de fulano de tal, o vizinho*". Vizinho? Se eu disser que tenho um vizinho, não tenho. É chegando e invadindo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o senhor tem medo de alguma represália ou algo outra coisa?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - É claro que tenho! Todo mundo tem! Eu agora mesmo estou aqui, mas estou com medo de chegar em casa. Eles passam lá no meu terreno todo dia, toda hora, pra lá e pra cá. Eu moro aqui perto do Zé Soares, pro lado de Vila Brasil. Aí o medo que faz é a gente, dando denúncia aqui e quando chegar lá, eles matarem a gente, porque eles matam mesmo!

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o senhor precisa de algum tipo de proteção?

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - É claro! A proteção, primeiramente, de Deus; e segundo, da Justiça.



O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está bem. Muito obrigado, Sr. Davi.

O SR. DAVI REGE DE SOUSA - Obrigado digo eu.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu vou dar 5 minutos de intervalo só para os senhores poderem conversar um pouco.

(A reunião é suspensa.)

(Pausa.)

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Senhores, peço a gentileza de se acomodarem, porque nós vamos recomeçar os trabalhos imediatamente. Por favor, silêncio. Todo o pessoal se acomode, por gentileza.

(Pausa.)

Vou pedir a gentileza de que o conduza. mais próximo aqui, para nos ouvir. Quero ouvir o Sr. Adailton, por favor. *(Pausa.)*

O senhor pode ficar virado para nós, Sr. Adailton. *(Pausa.)* Aí está bom. *(Pausa.)*

O SR. WALTER SANTOS MAGALHÃES - Eu gostaria de estar ao lado dessa pessoa, porque ele foi um dos meus funcionários.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como é seu nome, por favor?

O SR. WALTER SANTOS MAGALHÃES - Walter Santos Magalhães.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sr. Adailton, seja bem-vindo. Por favor, conte para nós a sua participação nesse caso todo.

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Bom dia, senhores e senhoras. Eu gostaria de falar poucas coisas. Nós estávamos na Fazenda São Pedro, do dia 1º de agosto de 2013, até o dia 2 de setembro. Quando deu 1h30min da manhã, chegou uma frota de 10 a 12 índios, dizendo que não eram índios... Eram todos falsos. E aí entraram na minha casa, quebraram duas portas, duas janelas e a porta do quarto. E aí chegaram umas cinco pessoas. Chegou um, chamado Cipó, ficou de frente comigo e falou que foi para invadir a fazenda. Eu falei: "*Rapaz, vamos sentar para conversar.*" "*Não. Aqui nós não queremos conversa, não. Aqui nós viemos para decidir.*" Eu falei: "*Decidir o quê? Nós não temos nada para decidir. Vamos conversar, porque conversando a gente se entende.*" Ele falou: "*Não. Você não é*





valente, seu vagabundo velho?” Eu falei: “Valente? Por que eu sou valente? Eu não sou valente, não, meu irmão. Vamos conversar.” “Não. Nós viemos aqui para decidir.” Aí ele foi e deu um tiro, que pegou no portal da porta do quarto. Eu, em pé, com minha esposa e uma menininha de 5 anos. Olhei para ela, olhei para a menina. Não estavam atingidas. Aí, ele virou para o canto da porta e levou a espingarda em cima do meu peito. Quando ele levou a espingarda em cima do meu peito, eu segurei na espingarda. Puxei ele para um canto; ele, para outro. Ele falou assim: *“Atira no homem! O homem me atirou! Você não vai atirar no homem, não?”* Eu falei: *“Eu lhe atirei, velho? Eu não lhe atirei, não. Se atiraram, o tiro veio aí de fora. Aí, quando eu vi, eu já estava no chão. Aí, eu chamei meu filho, chamado Márcio, e falei: “Marcinho, meu filho, eu estou atirado. Vai lá na casa do Dr. Walter, que é para ele vir me dar socorro, senão eu não vou amanhecer o dia”.* Aí, o cara chamado Cipó falou assim: *“Você está atirado, seu vagabundo velho?”* Eu falei: *“Estou atirado.”* *“Onde?”* Eu falei: *“Nas costas”.* Aí, ele: *“Vou acabar de lhe matar”.* Eu falei: *“Rapaz, pelo amor de Deus, me deixa vivo”.* Aí, ele pegou um sofá e jogou em cima de mim. Aí, o sofá caiu do outro lado. Aí, a mulher entrou na frente. Ele deu dois tapas no rosto dela. Eu falei: *“Oh, minha velha, deixe esse homem, senão ele vai lhe atingir também”.* Aí, eu falei assim: *“Você vai na casa do Dr. Walter”.* Ela falou: *“Vou”.* Aí, eles perguntaram a ela se ela tinha coragem de ir para a casa do Dr. Walter. Ela falou: *“Tenho”.* *“Então, vai lá chamar ele. E fala com ele para vir logo. Se ele não for levar o homem, a gente vai levar. Ele dá a chave do carro, e a gente vai levar.”* Aí, a minha esposa foi na casa do Dr. Walter. Quando chegou na casa do Dr. Walter, já estavam três índios com as armas no ouvido dele. Aí, ela chegou e falou: *“Dr. Walter, Adailton está atirado. Falou que é para o senhor dar socorro a ele”.* Aí, Dr. Walter falou assim: *“Mataram o Adailton, D. Vanda?”* *“Não, está vivo ainda, mas falou que, se o senhor não for dar socorro a ele, ele não amanhece o dia.”* Aí, Dr. Walter largou eles no meio da casa lá e veio aqui para casa. Quando chegou aqui, estavam três índios na porta da casa. Aí, ele nem pediu licença e entrou: *“Vocês mataram meu amigo, cambada de miserável?”* Aí, eu falei: *“Oh, Dr. Walter, eu não estou morto, não, mas, se o senhor não me tirar daqui, eu não amanheço o dia”.* Aí, o Dr. Walter: *“Vocês são monstros. Vocês não têm pai? Não têm mãe? Não têm coração? Fazer isso com um rapaz desses, um rapaz trabalhador, direito. Vocês*





queriam a mim. Por que vocês não me mataram e deixaram ele?” “Pega o homem e vá logo levar, porque, se não, vai sobrar para você também”. Aí, Dr. Walter falou assim: “Eu vou, mas eu volto”. Aí, eles falaram: “Volte, que a gente quer sua cabeça aqui”. Aí, Dr. Walter me pegou e me trouxe para me dar socorro.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem eram as pessoas que estavam lá?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Olhe, nós só não conhecíamos uma pessoa: o Cipó, que disse que veio lá de Porto Seguro. Agora, os outros, a gente conhecia, porque foram nascidos e criados lá na região. Agora, no momento, eu só posso dar o nome de três, porque foram os que estavam na frente da porta da casa. Um se chamava Fan.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Fan. Era apelido. O nome mesmo eu não sei. O outro era Juninho, e o outro era Silvano. Era sobrinho do Pascoal. E os outros dois eram tudo amigo, tudo criado na roça lá com a gente. E tinha um que fez a retomada, que se chamava Régis — o rapaz falou dele ainda agora —, que foi o mais agressivo. Esse queria minha cabeça para queimar na fogueira no outro dia de manhã. Só que ele, no outro dia, matou uma pessoa dessas, lá na roça, e ficou fazendo muita bravura lá, atirando nas pessoas, batendo com ponta de facão, até que mataram ele também. A gente não sabe nem quem foi.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ele matou quem?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Ele matou um sobrinho meu — a gente julga que foi ele, porque ele tinha raiva do rapaz —, já com mais de 1 ano que tinha acontecido esse acidente comigo, na mesma fazenda que a gente morava, na Fazenda São Pedro.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eles já tinham estado lá antes? Eles já tinham ido à fazenda antes, alguma vez?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Eles ficavam dentro da fazenda. Depois que invadiram, não saíram de lá. Até hoje, estão lá.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Só para entender: antes de agredirem o senhor, eles já tinham tentado invadir a fazenda?





O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o senhor sabia que eles iriam invadir?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Não sabia, não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor foi surpreendido de madrugada?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Foi. Chegaram de uma hora para outra na fazenda.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E essas pessoas que o senhor conhecia? Eram índios?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nunca foram índios?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Nunca foram índios.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eram como o senhor? Trabalhavam lá?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Nascemos e nos criamos juntos, lá na região, jogando bola juntos.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E não havia aldeia indígena também lá?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Não. Nós morávamos lá na região desde 1976. Nunca vi ninguém falar em índio.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como o senhor se sentiu nessa situação, tendo sido agredido dessa forma?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Rapaz, péssimo! Péssimo! Minha família trabalhava toda na fazenda. Eu tinha duas filhas que tinham marido. Quando aconteceu isso, veio todo mundo para dentro da minha casa. Aí, depois, largou a menina comigo, foi embora, se largou, e o outro ficou. Hoje em dia, está trabalhando de biscate. E tenho um filho também que arrumou um “empregozinho,” aqui, sempre a gente está pagando aluguel e está vivendo. Mas o negócio não é bom. E se não fosse, aqui, os meus irmãos, daqui de Buerarema, nós tínhamos passado muito mal,



porque foram quem aguentaram, me dando as coisas, me dando suporte, feira, roupa, colchão, tudo. Foi o pessoal daqui de Buerarema que me acolheu.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A sua fazenda, que área tem?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Não, eu não tinha fazenda. Eu trabalhava na fazenda do Dr. Walter. Já com 18 anos, eu já trabalhava com ele na fazenda. Uma boa pessoa, um bom patrão, um administrador. Até hoje ele está aqui na batalha com a gente.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E como é que foi depois, o senhor... O senhor acabou ficando com problema físico? Como é que foi isso? O senhor foi para o hospital? Quanto tempo o senhor ficou? Como é que ficou isso.

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Nós, no dia 2 de setembro, fomos para Itabuna, para o Hospital de Base. Fiquei internado dia 12 e dia 13. Aí, fui para o hospital da Bahia, fiz operação. Tiraram 35 caroços de chumbo e ainda ficaram 30 caroços ainda. E o Dr. Walter levou para o delegado da Polícia Federal, em Ilhéus, e ele falou que os índios não tinham armas, que as armas dos índios eram flecha e arco. E Dr. Walter levou 35 caroços de chumbo e mostrou para o delegado. Aí, agora, o Dr. Walter vai conversar com o senhor e vai dizer mais alguma coisa.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o senhor... E chegou a correr processo-crime disso aí? Alguém foi acusado desse crime?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Foi.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Foram acusados? Tem processo?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Dr. Walter deu processo, entrou com processo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum. O senhor foi ouvido na Polícia? Na Justiça?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Não, não; eu não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como é que está sua vida hoje?





O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Hoje... Razoável, né? Vivendo de um salário, pagando quase 350 de aluguel, comprando remédio — quando não tem, a gente pega na Secretaria, mas de qualquer jeito não dá para... —, e, estou levando a vida como Deus quer.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, tá.

Mais alguma coisa que os senhores queiram perguntar? (*Pausa.*)

Então, Sr. Adailton, muito obrigado.

O Seu Walter vai falar conosco?

O SR. ADAILTON CARMO SANTOS - Eu agradeço a vocês.

O SR. WALTER SANTOS MAGALHÃES - Eu gostaria de...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Por favor, Sr. Walter.

O SR. WALTER SANTOS MAGALHÃES - Eu acho que todos me conhecem muito bem. Eu sou Walter Santos Magalhaes, proprietário da Fazenda São Pedro, localizada na Serra das Trepes, Município de Ilhéus. Como ele relatou, no dia 2 de setembro, a nossa propriedade foi invadida por bandidos, considerados como índios, que nós não podemos afirmar que são índios pelo fato de a nossa permanência na Serra das Trepes, quando para lá fui, adquiri uma propriedade, compra direta do Estado. A documentação está aqui: títulos... Tudo, tudo documentado aqui. Então, no dia da invasão, esse Cipó... Eu não conheço nenhum desses pseudos caciques. Não conheço. E muito menos esse Cipó, que, depois de ter atirado no Adailton, foi... se dirigiu para a casa sede, onde eu morava, e lá entrou. Eu já os esperava, pelo fato de a minha empregada ter me avisado que estavam dando tiros... Porque eu acordei porque ouvi vários disparos. Então, eu estava passando uma temporada na fazenda, residia na fazenda, e aí estranhei isso. Aí me dirigi para a porta da frente, uma porta muito larga. Abri. Pesada... Abri. E tinha duas cadeiras na varanda, eu me sentei em uma, e a minha empregada ficou do lado. Nesse momento, aproximou-se de nós, da casa-sede, um grupo de mais ou menos uns cinco, sendo que um portava uma escopeta, dirigiu a arma para a minha cabeça, dizendo — perdoem a expressão —: *“Velho filho da puta, você tem 5 minutos para sair daqui. Essas terras são dos Tupinambás”*. Eu disse: *“Não, essas terras são minhas. Eu tenho título de propriedade. Eu adquiri essa propriedade. Eu aqui cheguei e implantei todas essas*





benfeitorias. Como é que você vai dizer que essas terras são dos Tupinambás? Eu nunca ouvi falar, nunca presenciei, nunca senti a presença de um índio aqui. Agora você aparece dizendo isso?”. Ele disse: “Você insistiu. Nós vamos entrar aqui”. Eu disse: “Não, vocês não vão entrar”. Eu me levantei, impedindo que ele entrasse na casa. Ele empurrou a minha empregada, a D. Luciene, e ela tombou. Nesse exato momento, a mulher do Adailton me informava: “Dr. Walter, atiraram e mataram o Adailton”. Essa foi a expressão dela. Então, eu deixei o miserável que estava me ameaçando, com a arma em punho, dizendo que eu entregasse as armas que eu tinha em casa. “Eu não tenho arma aqui. Eu não uso arma.” Quando ela gritou isso, eu corri para o quarto, peguei a chave do carro Strada, da Fiat, e me dirigi para a casa do Adailton. Lá chegando, ele estava deitado, nu, da cintura para cima, com um ferimento na coluna, que sangrava. Eu gritei: “Miseráveis, mataram o meu rapaz!”. Nesse momento, eu não tive outra atitude: chamei o meu pessoal. Nessa noite, em 3 de setembro, estavam lá todos os meus parceiros. Eles trabalhavam na minha propriedade sob o regime de parceria agrícola. Eu pedi a eles que me ajudassem a colocar um colchão na Strada e coloquei o Adailton, deitado, no carro. Eu pedi à D. Vanda, mulher dele, que nos acompanhasse. Garoava, e o carro patinou, sem querer. Eu pedi ao pessoal que empurrasse o carro. Eles empurraram o carro, eu me dirigi para a casa sede e pedi a um rapaz que trabalhava comigo, o Aécio, que me acompanhasse e me dirigi para Buerarema. Da fazenda a Buerarema, dá uma distância de aproximadamente 24 quilômetros. É estrada de chão, é estrada esburacada. Eu só ouvia os gemidos daquela criatura. (O orador se emociona.) Eu me dirigi para Buerarema. Aqui em Buerarema, procurei um plantonista, lá naquele mercado da saída de Buerarema, onde é a feira. Tinha um plantonista, um policial ali. Eu convidei esse policial, ele veio e olhou para o Adailton em cima do carro. Eu disse: “O que posso fazer? Como você me orienta?”. Ele disse: “O senhor tem que prestar socorro a esse rapaz”. Eu disse: “É isso o que eu quero fazer, mas eu queria fazer a notificação, registrar a ocorrência”. Ele disse: “Leve o rapaz para Itabuna”. Eu levei o rapaz para Itabuna, hospitalizei o rapaz, e quis documentar dentro do hospital, tirando uma fotografia, quando ele estava sendo atendido, mas me ameaçaram de prisão, tomaram a máquina, chamaram um policial. O policial veio e queria me prender, porque eu ia tirar a foto de Adailton





quando estava lá no hospital, sendo atendido na Emergência. Deixei o Adailton no Hospital de Base, em Itabuna, e vim aqui, para Buerarema. Passei lá no rapaz e o rapaz disse: *“O senhor vá à Delegacia de Buerarema e faça a queixa, faça a ocorrência”*. Eu procurei ir lá, mas não tinha nada. Estava fechada a delegacia. Mas a Força Nacional estava junto da Delegacia de Buerarema. Eu me dirigi para a casa que abrigava a Força Nacional e me dirigi a um sargento: *“Sargento, eu estou aqui querendo registrar uma ocorrência”*. Ele disse: *“Nós não podemos tomar nenhum depoimento, só quando o Comandante da operação da Força Nacional estiver presente. Eles vêm de Itabuna. O expediente aqui só começa às 8 horas”*. Aí, eu voltei para Itabuna, voltei para uma casa que eu tinha aqui. Quando eu cheguei à casa, avisei à empregada e fui para Ilhéus. Lá em Ilhéus, no dia 2, mais ou menos umas 4 horas da madrugada, eu fiz a ocorrência na Polícia Federal. A documentação da ocorrência está aqui. Eu me encontrei com um Delegado da Polícia Federal, o Dr. Mário, e ele me perguntou o que eu queria. Eu disse: *“Quero registrar uma ocorrência. A minha fazenda foi invadida. O rapaz, eu já hospitalizei. Eu queria que o senhor tomasse a ocorrência”*. A ocorrência foi dada e eu voltei para Buerarema. Aqui em Buerarema, um dos meus auxiliares, o Alexandro, parceiro meu, chegava da fazenda. Ele conseguiu evadir-se de lá, mas os demais ficaram como reféns. Aqui chegando, eu me deparei com ele. Ele me informou da morte de Cipó dentro da minha casa. Mataram o Cipó dentro da minha casa, na minha fazenda, na casa sede. Eu pedi para registrar essa queixa. Essa queixa foi registrada. Esse Dr. Mário, da Polícia Federal, me disse: *“Mas o senhor está dizendo que índio atirou? Índio não atira em ninguém. Índio é inofensivo”*. Eu disse: *“É a sua palavra, Sr. Delegado, contra a minha. O rapaz está hospitalizado. Foi esse índio, que o senhor disse que não tem arma e que não usa arma, que atirou”*. Aí, nós ficamos discutindo e ele chamou a Delegada Flávia, para que eu fizesse o acréscimo na primeira ocorrência. Eu fiz. Depois, eu vim aqui, para Buerarema. E levei os outros... as demais pessoas... minha empregada, para dar depoimento, porque ela presenciou tudo. O resultado é que, depois de todas essas viagens que eu fiz em desespero, e registrando na Polícia Civil de Ilhéus — está aqui a ocorrência —, nunca fui procurado para dar um depoimento pela Polícia Federal, pela Polícia Civil, apesar de ter o interdito proibitório — apesar de ter —, porque,





quando eu me dirigi à Polícia Federal, foi porque eu tinha o interdito proibitório, porque já havia uma ameaça aqui às propriedades. E eu julgava que as minhas não fossem invadidas, porque eu tinha muitos anos de trabalho, sessenta e tantos anos de trabalho! Todas as minhas economias eu empreguei ali.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Essa sua área ainda está invadida?

O SR. WALTER SANTOS MAGALHÃES - Hã?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Essa sua área ainda está invadida? Eles estão lá na sua área ou não?

O SR. WALTER SANTOS MAGALHÃES - Não, os bandidos estão lá!

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Estão lá?

O SR. WALTER SANTOS MAGALHÃES - O Dr. Lincoln, Juiz Federal de Ilhéus, já fez três audiências — três audiências! — de conciliação. Imagine só, Sr. Coordenador, como é que uma Justiça faz uma audiência de conciliação com bandidos? Eu não entendo essa Justiça. Vão completar agora 3 anos, em 2 de fevereiro...

(Não identificado) - De setembro.

O SR. WALTER SANTOS MAGALHÃES - ... em 2 de setembro de 2013 — 14, 15 e 16 — 3 anos, 3 anos vão completar, sem nenhuma providência, sem nenhum depoimento! Esse rapaz aí tem sofrido... sofreu! Um homem de trabalho, um homem digno! Eu nunca roubei, e todos esses que estão aí são pessoas de trabalho, de dignidade! E o que fizeram eles? *(O orador se emociona.)* Qual foi o nosso crime? Qual foi o nosso crime? Eu hoje vivo de uma aposentadoria de 4.100 reais. Carreava mensalmente aqui, para o comércio de Buerarema, aproximadamente 20 mil reais de operários, devidamente registrados, de famílias que hoje debandaram e estão aqui, entregues à providência divina. Meu amigo, meus amigos, que País é este? Eu tenho 90 anos! Toda a minha vida foi dedicada ao trabalho, com honradez, com dignidade! *(O orador se emociona.)* E o que fizeram de mim? Qual foi o crime que eu tive? *(Ininteligível.)*

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Muito obrigado, Sr. Walter.





O SR. WALTER SANTOS MAGALHÃES - Se o senhor quiser fazer uso, faça! Eu lhe imploro! (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Chamo de imediato para falar o Sr. José Domingos Santos, por favor.

(*Pausa prolongada.*)

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sr. José Domingos, por favor, pode nos contar a sua história.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Eu quero agradecer a presença de todos que estão aqui, principalmente de vocês que vieram nos ouvir. O que eu tenho a falar... Vocês querem ouvir o que aconteceu conosco aqui na nossa região, não é isso? Olha, o que eu tenho a dizer... Primeiramente, vou começar pela FUNAI. A FUNAI, o Ministério Público e o CIMI — Conselho Indigenista Missionário — da Igreja Católica são três marginais que se encontram contra e a favor desse crime bárbaro que acontece aqui na nossa região. Por que a FUNAI? Porque a FUNAI sabe que esse povo aí não é indígena e cadastra todo mundo. Inclusive, meu pai e minha mãe não são índios, e eu sou índio cadastrado, a minha família toda é índia cadastrada, reconhecida. Por que a gente se cadastrou? Porque o Cacique Babau todo dia mandava recado lá pra gente. Numa pequena propriedade ali, vivia eu, com a minha família, e o meu filho com a família dele, e aí ele mandava o pessoal dele ir lá em casa dizer que, se eu não me aliasse a ele, ele ia invadir a propriedade. A minha esposa, por ser religiosa, disse assim: *“Eu estive lá no enterro de um rapaz, do neto do finado Almir Fulgêncio, que faleceu em um acidente, e lá eu olhei e lá eles fazem um trabalho de candomblé”*. Ela disse: *“Eu vi umas seis pessoas manifestadas, falando da vida de todo mundo, e pra lá eu não vou. A gente prefere perder a propriedade”*. Eu procurava um, procurava outro, e nada. O Cacique Moisés chegou e me chamou, por conhecer a gente naquela região há mais de 40 anos. Ele disse: *“Domingos, eles estão falando que vão invadir a sua propriedade”*. Ele é primo do Babau e disse: *“O que você vai fazer? Vamos lá na FUNAI conversar”* — nesse tempo, era Rômulo —, *“vamos conversar com o Dr. Rômulo pra ver o que eu posso fazer por você”*. A gente foi lá e conversou com o Rômulo. Eu tenho documentos, eu tenho uma pasta de documentos assinados por Rômulo, pela FUNAI e pelo Ministério Público; está em casa a pasta de documentos. Chegamos lá, fui com a





minha esposa lá, e Rômulo falou que a gente tinha que se cadastrar; falou que a gente estava sendo perseguido e que a gente tinha que se cadastrar como índio que resolvia o problema. E aí a gente pegou e se cadastrou, e achou que estava bem. Aí foi pior. A gente ter se cadastrado foi pior, porque ele disse assim: *“Eu quero ele do meu lado. Se ele não estiver do meu lado, então não fica aqui”*. Com os atritos, ele mandava o pessoal passar lá e dizer assim — passava um grupo pra lá, um grupo pra cá e dizia assim: *“Essa nós vamos invadir esta semana”*. Tinha dia que amanhecia a minha família dormindo e eu acordado lá na frente da sede, pensando que eles viriam. Diziam: *“Ah, vão vir amanhã”*. E eu ficava esperando, pensando: *“Deixa eles virem”*. Porque, se eu ficasse dormindo, podiam as agressões serem piores, não é? Aí eu ficava acordado, amanhecia o dia, não vinha ninguém, graças a Deus. Mas aí a gente acabou saindo, e ele aproveitou e invadiu a propriedade. Quando invadiu, eu fui e dei queixa na Polícia Federal. O Dr. Fábio, o Delegado da Polícia Federal que estava atuando nessa época, disse: *“Zé Domingos, se eu pudesse dar jeito hoje, eu resolvia hoje o problema de sua propriedade”*. Porque a minha propriedade é fora da demarcação, dessa demarcação deles. A minha propriedade é no Município de São José da Vitória e no Município de Arataca. É titulada já há 40 anos. Eles invadiram por perversidade. Eu fui lá, e o Dr. Fábio falou: *“Você vai lá no Ministério Público, porque o Ministério Público vai resolver o seu caso, porque eles têm que desocupar a sua área. Se o Ministério Público autorizar eu ir lá e tirar o povo de dentro, eu vou tirar. Pode voltar aqui com a sua esposa que eu vou mandar o pessoal tirar. E vou com vocês lá”*. Eu fui lá, e no Ministério Público era uma mulher, marcou no calendário, assinou tudo: *“Pode deixar que vai ser tudo resolvido”*, e até hoje não resolveu.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Com quem o senhor falou no Ministério Público?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Eu não tenho gravado o nome, não. Eu tenho o documento lá, e deve estar o nome dela.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor pode fornecer para nós esse documento?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Posso, sim.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, o senhor entrega, por favor, para o Abiel, e ele nos encaminha depois.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - E eu tenho o documento também assinado pelo Dr. Rômulo, de várias reuniões.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E esse Rômulo, que o senhor disse que lhe sugeriu se cadastrar como indígena e que teria concordância do Ministério Público... O Ministério Público concordou com o cadastramento do senhor?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Não, não é só eu que sou cadastrado, não. Na cidade de São José, a maioria, muita gente é cadastrada lá. Ele sai cadastrando na cidade também.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - No caso, lá, é Babau. Para vocês entenderem melhor, ele sai com a equipe... Vem uma equipe pra cidade dizendo: *“É bom vocês se cadastrarem”*. A minha rua lá tem bastante gente. *“Vocês vão se cadastrar, porque vocês vão ter cesta básica, educação. Todo mês vocês têm uma cesta básica”*. E eles pegam a documentação de todo mundo, fazem o cadastro, levam para a FUNAI e cadastram.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O.k.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - E o Ministério Público é conhecedor disso tudo. De tudo! O Ministério Público é conhecedor de todas as falcatruas que existem aí...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E como é que o senhor sabe que o Ministério Público conhece? O senhor falou para o Ministério Público?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Eu já estive no Ministério Público! Estive no Ministério Público! Então, a Polícia Federal sabe o manejo. Como eu falei na Polícia Federal, tive várias reuniões com o delegado da Polícia Federal, de vezes de eu passar até o dia lá, e os meninos de Ilhéus me darem o almoço. Abiel é conhecedor disso, não é, Abiel? E eles sabem que o Babau... Eu já tive várias reuniões e já deixei bem clara a forma que eles trabalham, e a Polícia Federal sabe que, na hora de eles invadirem a sua propriedade, ou a minha propriedade ou





a do prefeito, o povo deles é pouco, muito pouco. O que eles fazem? Eu falo porque eu tenho conhecimento de tudo. Eles contratam os morros, as aldeias de cada morro; na época, estavam pagando de 30 a 40 reais, dando almoço; vai uma equipe lá e pinta a aldeia toda. Foi nessa época mesmo que invadiram a minha lá e outras fazendas. Pegaram as aldeias de Ilhéus, pegaram em Maria Pinheiro, pegaram em São Lourenço e em vários outros bairros. Eles se pintam — todos; quando acaba, vão os ônibus apanhar pra poder invadir as propriedades alheias. E a FUNAI sabe disso porque eu já falei isso lá. Não é só o Babau, não. Eles, lá embaixo, pegam as aldeias... Vocês estão entendendo, não estão? Pegam as aldeias, pintam e levam para invadir, espancar as pessoas, fazer as barbaridades que estão acontecendo aí.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor não chegou a ser agredido, lá na sua área?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Não, não, é porque eu não estava, não, quem estava era um trabalhador.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Um trabalhador seu foi agredido?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Foi agredido pelo Cacique Moisés e o sobrinho dele, com pistola na cabeça.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E esse Moisés, o senhor disse que ele é primo do Babau?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - É, do Babau.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor já conhecia o Moisés e o Babau antes de serem caciques?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Já, há muitos anos.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E eles eram indígenas?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Não, não, eles não são indígenas. Babau é quilombola. Olha, esse movimento da Serra do Padeiro eu tenho conhecimento até do primeiro dia, em que começaram a reunir na casa do seu Almir Fulgêncio.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Almir Fulgêncio?





O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Almir Fulgêncio é sogro do meu irmão. Minha mãe tem uma pequena propriedade pegada com essa propriedade do seu Almir Fulgêncio. Desde a primeira reunião, Babau estava em Porto Seguro, lá para o lado de Cabrália, e passou um tempo, bastante tempo para lá. Quando voltou de lá, veio com essa manifestação de indígena.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Em que ano foi isso? O senhor se lembra em que ano foi isso?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Ah, não estou lembrado, não. Isso já tinha muito mais de 10 anos.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está bem. E ele voltou e fez o quê? Como é que foi?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Ele voltou lá de Porto Seguro, foi chegando e juntou mais o pai e começou a se reunir na casa do S. Almir Fulgêncio. E aí começou. E aí depois de umas três reuniões, a gente... Minha mãe tem uma pequena propriedade lá junto. E aí eles falaram: *"Ah, aqui agora vai virar todo mundo índio. É para todo mundo se cadastrar, senão vai perder as terras."* Aí eu passava os dias de domingo e estava a reunião lá. Eu digo: *"Índio aqui, se aqui nunca teve índio? Há mais de 30 anos aqui, e os outros, que são fundadores daqui, nunca ouviram falar em índio."* Aí começou, começou, e o meu irmão chegou e falou, o que é casado com a filha de Almir, disse: *"Rapaz, estive lá numa reunião e Almir falou que todo mundo tem que se cadastrar, senão todo mundo vai perder as propriedades."* *"Cadastrar de quê, rapaz?"* *"De índio, que vai ser bom e que vai ser não sei o que e que vai todo mundo ficar rico."* *"Rico como? Aqui não tem índio, não."* Mas aí começou por aí. Depois ele invadiu a fazenda de Dr. Luiz, que é meu vizinho lá da propriedade que eles invadiram. Foi a primeira que eles invadiram. Dividiram os pedacinhos para cada um. A primeira que eles invadiram foi a de Dr. Luiz, na beira do Rio de Una.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A sua área está invadida até hoje?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Está até hoje.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor tem ação de reintegração? O senhor tem algum processo na Justiça?





O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Tenho, tenho, tenho.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor ganhou a reintegração ou não?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Tenho, tenho. Eu tenho o meu advogado. Já estive na mesa do juiz duas vezes. Eu estive lá duas vezes. O representante do juiz falou: “Ó, vai assinar amanhã a sua reintegração de posse, que essa área está fora da demarcação, tem que ser entregue.” Mas aí sumia.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Eu não sei por que o juiz não quer me dar a minha reintegração de posse da minha terra. Eu não sei qual é o motivo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E no Ministério Público, o que falaram para o senhor?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - O Ministério Público disse que ele tinha que devolver minha terra, que o juiz ia ter que devolver minha terra junto com Babau, porque minha área é fora da demarcação, que, logo que a gente também estava cadastrado como índio, que tinha que devolver a terra.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum!

Mais alguma coisa, Marcelo, Dr. Fernando? *(Pausa.)* Não?

Então, está bem, Sr. José. Mais alguma coisa que o senhor queira nos falar?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SENA SANTOS - Não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Muito obrigado.

Vou chamar a D. Maria Dinalva dos Santos Santana, por favor. *(Pausa.)*

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Bom dia a todos.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Bom dia. Por favor, pode contar para nós.

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Para quem não me conhece ainda, meu nome é Maria Dinalva. Sou assentada no PA Ipiranga, sou irmã de Juraci.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora é assentada do Projeto de Assentamento Ipiranga, é isso?

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Isto.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o que mais a senhora falou, que eu não consegui ouvir?

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Irmã de Juraci.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Irmã de Juraci, que é...

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Que foi assassinado no assentamento.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O Sr. Juraci era um líder lá do assentamento?

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Ele era um líder, ele já era Presidente há 10 anos.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora pode nos contar como aconteceu isso?

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Quando foi em 2004, a gente já se reunia, tinha a nossa assembleia. Aí chegou uma pessoa, um gringo, aí veio nos alertar, veio pedir para nós que a gente ficasse alerta, que ia chegar uma ONG querendo tomar o nosso patrimônio, e que nós — aquele patrimônio já era nosso —, e que nós não se iludisse. Aí um companheiro, que já estava dentro do assentamento também, quando o Juraci passou a ser Presidente, ele foi implorar a Juraci, pedindo um pedacinho de terra. Aí Juraci conversou com os colegas. Os colegas não aceitaram, porque disse que ele era muito encrenqueiro. Mas aí Juraci foi levando o pessoal no papo para ele conseguir a terra dele. Aí ele conseguiu, foi o Creildo. Aí o pessoal aceitou, aí ele passou a ser um agricultor, um pequeno assentado lá dentro. Aí depois dessa reunião que o rapaz veio, que o gringo veio alertar a gente...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Esse gringo a que a senhora se refere é um estrangeiro?

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Estrangeiro.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - De onde? A senhora sabe de onde é que ele era?

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Não sei.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não lembra o nome?

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Não lembro.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O.k. Vocês já o conheciam?

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - O gringo? Não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não? E por que ele apareceu lá para contar para você?

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Porque Juraci era o presidente, e sabe que assentamento tem muito conhecimento, não é? Então, eles soube que Juraci era o presidente, aí veio cá alertar, para a gente não se iludir. Só que o Creildo já estava ali dentro, ouviu todas as informações, ele deu muita informação, ele falou: *“Ó, Juraci, quando a pessoa quer pegar um passarinho, a gente nunca diz ‘xô’, a gente vai de mansinho para poder conseguir. E quando consegue, pronto. Então, esse patrimônio aqui é de vocês. Vocês não vão nessa, não.”* Aí logo, imediatamente, o Creildo saiu, foi para a Serra do Padeiro, chegou lá, conversou tudo com Babau, e aí Babau se “concluiu” mais ele para poder ir tomar as fazendas do povo. Aí foi quando... aí o Creildo veio e chamou a gente, todos os assentados, para se cadastrar como índio. Como a gente não aceitou, Juraci, falou: *“Creildo, nós não somos nenhum bandido aqui não; nós ganhamos aqui dado por Deus e pela nossa luta. Então, assim que a gente ganhamos, se tiver de sair, a gente sai, mas com o nome limpo. A gente não vai ser bandido, não, porque a gente não vai invadir roça de ninguém, não”*. E aí ele saiu, e aí começou a iludir os outros pessoal, para se cadastrar a ser índio. Teve sete do assentamento, inclusive teve até um que é filho de S. Davi aqui, entrou, se cadastrou com ele, que é parente dele também. Aí Juraci foi, chamou e falou: *“Domingos, você saia desse negócio, Domingos, porque você é um assentado. Você não é um índio, você é um assentado. Como é que vai ficar aqui em assentamento e FUNAI?”* Aí, ele se revoltou com Juraci, e disse: *“Olha, Juraci, eu sigo a minha vida do modo que eu quero. Eu sou índio mesmo”*. Aí, Juraci, disse: *“É, não posso fazer mais nada”*. Aí, outras pessoas, que Juraci chamou, que se cadastraram com ele, que Juraci foi e chamou a atenção para se descadastrar, porque eles eram assentados, e não





índios, aí eles foram, ainda conseguiram tirar o cadastro, deram baixa no cadastro, e outros continuaram, não é? E aí, pensou que não, começaram a invadir a fazendas vizinhas. Invadiram a Fazenda Cachoeira, foi a primeira que eles invadiram lá, foi a Fazenda Cachoeira, e aí saíram invadindo o círculo vizinho, tudo. Aí, o pessoal ia até Juraci e pedia: “Ô, Juraci, me ajuda aí, o que que eu posso fazer?” Aí, Juraci ia e falava: “Olha, vamos embora na Federal registrar uma queixa, porque isso não pode acontecer”. E aí, o pessoal tudo, aqueles vizinho, da região tudo ali, procurava Juraci, e Juraci sempre orientava, e aí eles foram tomando mais raiva de Juraci, por esse motivo. Foi tomando mais raiva, porque Juraci sempre estava com a comunidade, e aí foi gerando esse conflito, foi gerando, e Juraci foi até Brasília, juntamente com os companheiros aqui da associação, para poder ver se evitava o problema, mas o Governo não deu a mínima e chegou a esse problema que chegou aí. Está aqui, ele foi até Brasília lá, junto com os companheiros. *(Pausa.)* Aí Juraci queria que, se acaso a terra fosse indígena, que cedesse logo de uma vez; e se não fosse, fosse dos agricultores, também acabasse logo com essa guerra, porque estava virando uma guerra, como virou. E está aí, várias pessoas, essa comunidade toda sofrida aqui, todos nós. Meu irmão perdeu a vida, dentro da própria casa, dos próprios companheiros, que viviam lá dentro do assentamento, que hoje são sete deles, sete deles viraram índios, sete famílias deles, viraram índio. Foram ainda lá dentro do assentamento, de dentro do assentamento, ainda foram lá na sede do assentamento, querer espancar a gente, que nem me agrediram lá dentro da minha casa. O Creildo, com um rebanho lá de mais de vinte pessoas, foram na minha casa, que foram para dentro do assentamento, porque quando Babau mandava esses carros para lá, os carros faziam lama assim, ó, nas paredes das casas tudo, virava aquele lameiro. Aí a gente já não estava suportando mais. Só que ninguém podia falar nada, porque quando falava, ele ameaçava. Dizia: “Vou aí acabar com tudo”. E aí ia para a Serra do Padeiro para lá, junto com Babau, e quando era meia-noite chegava aquela “ruma” de caminhão dentro do assentamento, a gente não conseguia nem dormir direito, ele tirando o sossego da gente. Era noite e dia perturbando. Dava aqueles cavalo de pau, dentro da sede, sim, fazia aquele meleiro nas parede das casa da gente e tudo. E aí Juraci nesse sufoco. Aí se juntou com os





companheiros e foram para Brasília pedir o socorro, mas não deram socorro. Aconteceu que foram dentro da casa do meu irmão e mataram ele dentro de casa.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem matou ele?

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Eles mesmos. O grupo de Babau, Creildo e Pascoal. Foi eles. Não foi outros. Ainda, além de tudo, os bandidos, os criminosos passam na frente da gente, ameaçando ainda.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E foi aberto processo? Há processo-crime? Alguma coisa sobre isso?

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Foi. Foi aberto, mas até então...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como? *(Pausa.)* Existe pedido de prisão? Já identificaram?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hã, hã!

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Até então não fez nada, não é? Porque está aí tudo solto ainda, a maioria deles tudo solto, ameaçando a gente. A gente aqui, quem perdeu suas roça... Nós, também, que tem lá nossas roça, nós não pode ir lá. Minha mãe tem a rocinha dela lá, eu tenho a minha, não é? Todos nós, ninguém pode ir lá.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Vocês foram expulsos de lá?

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Nós não foi expulso porque o assentamento, ele está fora da demarcação, mas, mesmo assim, eles têm os olhos grandes, eles querem tomar tudo para eles. E circulou, ficou tudo. O assentamento está no meio. Aí não tem condição de a gente ir lá, ficar lá na frente dos bandido, ainda mais eles ameaçando.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está bem. Obrigado.

Mais alguma coisa que a senhora queira nos contar?





A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - Ah, doutor, tem muita coisa, não é? Mas acho que por hoje chega, não é?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está bem. Obrigado.

A SRA. MARIA DINALVA DOS SANTOS SANTANA - De nada. Está o.k.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Por favor, a Sra. Eliene dos Santos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A área do assentamento está dentro da área demarcada? O.k.

Por favor, a Sra. Eliene dos Santos. *(Pausa.)*

Bom dia.

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Bom dia. Bom dia a todos. É... Eu só queria falar uma coisa. O pai do meu filho foi morto, foi assassinado por esses índios que dizem que são índios, só que não são os índios — são falsos índios. E eu só queria o seguinte: que a Justiça intercedesse pela gente, que somos agricultores, estamos sofrendo, sem a terra, lutando, passando fome. Nós estamos passando fome, estamos brigando, entendeu? Eu estava lá na roça, depois do acidente que aconteceu, o homicídio que aconteceu com esses bandidos, que mataram ele lá. Eles chegaram, invadiram e falaram: *“Olha, se aqui dentro, se você ficar, nós vamos fazer a mesma coisa que fizemos com o seu marido”*. Eu não pude sair de lá, eu não peguei nada. Não tive como pegar nada. Ele falou: *“Só te dou meia hora”*. Foi meia hora que eles me deram. Foi o tempo que eu saí de lá, foi o tempo que eles invadiram e tocaram fogo em tudo. Não tem nada mais lá, entendeu? Hoje o meu filho... Me dói o coração de ele chegar e perguntar para mim: *“Minha mãe, cadê meu pai? O meu pai virou uma estrela?”*. É o que eu tenho que dizer para ele: Filho, olha, meu filho, uma estrela. Porque hoje ele sofre com a ausência do pai, que foi assassinado, morto por esses bandidos, entendeu? Hoje ele sofre procurando o pai, e não acha o pai, o carinho do pai, o afeto do pai. Eu só quero só justiça, mais nada, que a Justiça intercedesse por nós. Só isso que eu tenho a dizer e mais nada. Muito obrigada.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E quem assassinou o seu marido?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Foi a turma do Pascoal. Ele e os filho dele foram envolvido, entendeu? Foi esse daí.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora estava lá no momento?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Não estava no momento.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E, quando a senhora chegou, o seu esposo já estava morto?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Já estava morto. Eu fiquei sabendo no trabalho, porque eu trabalho num restaurante ali. Foi quando a dona, proprietária do restaurante me avisou: *“Olha, aconteceu um homicídio lá na fazenda de vocês, só que eu não sei dizer quem foi”*. Aí eu falei: *Você sabe quem foi? Ela falou assim: “Não sei dizer até agora quem foi que morreu, mas dois rapazes foi morto”*. Quando o carro do Sururu veio e me avisou: *“Olha, Preta, foi seu marido, sim. Foi ele que mataram. E ele está lá, está morto”*. Foi quando ocorreu de eu pegar uma moto aqui e fui lá ver, confirmar se estava morto mesmo. A vizinha me aconselhou: *“Não vá para lá, que eles estão lá dentro ainda. Vão te assassinar também”*. Eu não cheguei até lá.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora não chegou então até o lugar?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Até o corpo, não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como é que foi retirado o corpo de lá?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Quem tirou foi a polícia, junto com a irmã dele. A família dele que foi lá, entendeu, e tiraram.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E quem é que ameaçou a senhora dizendo que ia fazer a mesma coisa?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Os índios, os próprios índios do grupo de Babau.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não, mas quem foi a pessoa que falou com a senhora?





A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Quem falou foi o... foi um filho de Pascoal — eu esqueci o nome dele agora —, o Nego Gil — eu conheço o Nego Gil — que morava junto lá com a gente. Inclusive a gente demos terra pra ele plantar na nossa roça; ele plantou, colheu abacaxi lá. Ele estava envolvido na morte dele também, entendeu? Aí estava lá também. Aí eu fui e falei: *“Tudo bem, vocês esperam eu sair?”* *“Espero. Nós vamos esperar, agora, se você demorar meia hora, nós vamos tocar fogo na casa com vocês dentro.”*

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Este que a senhora chama de Nego Gil, qual é o parentesco dele com o Babau?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - É irmão de Babau.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É irmão de Babau?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - É.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O Pascoal é pai do Babau?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - O Pascoal, não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O que o Pascoal é do Babau?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - É outro grupo do Pascoal.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É outro grupo.

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - É outro grupo, é outro líder, é outro cacique.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está bem, mas a senhora me disse que o filho do Pascoal...

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - É, o filho do Pascoal. Agora, só que eu não lembro o nome dele.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E mais o Nego Gil?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Foi.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O.k.

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - O Nego Gil.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora chama de Nego Gil porque ele é uma pessoa negra?





A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Não, é porque todo mundo lá chama ele assim, Nego Gil. A gente conhece ele como Nego Gil...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora disse que eles conviviam lá com vocês. A senhora...

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - É, ele já plantou abacaxi lá na terra da gente.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora conhecia o Babau, todos eles?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Conhecia.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eles eram índios?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Não. Na época que conheci, não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não.

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Jogava bola lá no campo, fazia o torneio, todo mundo junto lá no campo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nenhuma manifestação indígena? Não tinha oca, não tinha cultura nenhuma?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Não, não tinha nada, nenhuma.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A cultura deles era católica? O que é que era? Umbanda? O que é que era?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Era candomblé. O pai do Babau é pai de santo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O pai do Babau? Como é o nome dele?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Liro.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Miro?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Liro.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ele é pai de santo?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Ele é pai de santo. Essa é a cultura dele, entendeu?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hã, hã!





Ele continua sendo pai de santo?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Continua sendo pai de santo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Continua sendo pai de santo.

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - É.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o Babau também é umbandista?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Isso aí eu não sei bem informar, mas tudo indica que sim.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum! O.k.

Mais alguma coisa que a senhora queira nos falar?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Não, só isso mesmo, que a Justiça interceda por nós.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como tem sido agora a vida sem o seu marido?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Pra mim, é muito difícil, entendeu? Porque hoje eu tenho que correr atrás, porque meu filho tem escola, tem estudo. Não tive apoio de ninguém. Ninguém foi perguntar: "*Seu filho está precisando de alguma coisa?*" Não teve defesa humana. Enquanto ele teve, o Babau teve defesa humana pra defender ele, enquanto a gente não teve, entendeu? Meu filho não teve ninguém. Não foi a Justiça, não foi ninguém procurar eu. Inclusive eu vivo hoje porque minha mãe me sustenta, entendeu? Eu tenho meu trabalho. Não tenho vergonha de falar, ganho pouco, ganho 150 reais. É o que eu me mantenho hoje com o meu filho, entendeu? Hoje eu não posso entrar lá, não posso colher cacau, não posso fazer nada, porque eles não deixam. Mas a nossa vida era assim: ele vivia na roça, trabalhava. No final de semana, trazia o dinheiro do filho, pra fazer a feira do filho. Hoje eu não conto mais com esse dinheiro. Hoje eu conto comigo e com minha mãe.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Vocês entraram com ação de reintegração, alguma coisa?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Não.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Vocês não estão tentando recuperar a área de vocês?

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Não, porque ele me ameaçou, e eu tenho medo, entendeu?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está bem. Obrigado.

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Ameaçaram, e eu tenho medo. Eu hoje só tenho meu filho, eu e minha mãe, mais ninguém. Então, já perdi um da família, tenho medo de perder dois ou três.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, está bem.

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Por isso que eu não vou mais na roça. Depois que eles me expulsaram lá de dentro, não fui mais lá, entendeu? Inclusive eu fui lá ver um produto dele, que ele tinha comprado, um calcário, pra jogar na roça, eles não deixaram eu pegar, entendeu? E hoje o Banco do Nordeste — porque a gente fez um empréstimo junto — veio até a minha casa, falou sobre a minha dívida com o banco, que eu tenho que assumir o banco, porque é um empréstimo em comum, nós fizemos juntos. Eu tenho que pagar. A única coisa que eu falei: *“Não tenho como pagar. Não tenho como pagar porque a roça está invadida. Eu não tenho como entrar lá pra tirar recurso pra poder pagar vocês”*. *“Mas a senhora tem que pagar.”* Eu falei: *“Pagar só se fosse na cadeia, só o que eu posso dizer pra vocês. Pagar só se fosse na cadeia, como bandida, como assassinei alguém, como matei alguém, como eu tomei a terra de alguém, porque condições eu não tenho de pagar esse empréstimo”*. *“Ah, você tem que pagar!”* Falei: *“Eu não vou pagar porque eu não tenho como”*.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está bom. Obrigado.

A SRA. ELIENE DOS SANTOS - Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A Sra. Célia Rocha dos Santos, por favor.

A SRA. CÉLIA ROCHA DOS SANTOS - Bom dia.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Bom dia. Por favor.

A SRA. CÉLIA ROCHA DOS SANTOS - Eu sou irmã de José Carlos Rocha.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Solicito às senhoras e aos senhores silêncio, por favor.

Continue, desculpe-me.

A SRA. CÉLIA ROCHA DOS SANTOS -. Eu estava dormindo, de manhã, e aí chegou um vizinho falando assim para mim: *“Célia, a roça do seu irmão foi invadida.”* Aí eu falei: *“E meu irmão que está cortado, e Zé Carlos está desaparecido lá?”*. Aí eu levantei, atordoada, sem saber o que fazer. Aí procurei, vesti a roupa e fui na delegacia, para procurar uma explicação, como eu ia resolver. Aí cheguei, procurei lá na delegacia, cheguei lá, ele falou bem assim: *“Não, aqui a gente não resolve; tem de ir para Ilhéus”*. Aí eu falei: *“Como?! O meu irmão está desaparecido, e eu vou procurar ainda em Ilhéus, para poder ver o que está acontecendo?!”* Aí ele falou: *“Não, a senhora tem de ir em Ilhéus”*. Aí eu fiquei sem saber o que fazer, porque eu queria saber notícia do meu irmão. Aí eu peguei, fui procurando, assim, andando. Aí quando chegou assim, tinha uma vizinha, a Domingas, que é irmã do rapaz que foi cortado, o Caboclo. Aí ela falou bem assim... Eu falei: *“Domingas, você está indo para onde?”* Só que ela não quis dizer que o meu irmão estava morto. Ela falou bem assim: *“Eu estou indo para a roça, que Caboclo está cortado; e Zé Carlos não sei onde está”*. Aí eu falei: *“deixa eu ir com você”*. Aí ela, me preservando, falou bem assim: *“Não, Célia, você não pode ir mais eu, porque eu já estou no carro, já indo”*. E aí eu fiquei sem saber o que fazer. Quando foi às 9 horas, eu vi ele chegando, o Caboclo chegando todo cortado, todo ensanguentado. Aí eu perguntei a ela: *“Domingas e Caboclo, cadê Zé Carlos?”* Aí ela falou... não me responderam nada, apenas olharam para mim, baixaram a cabeça e não me responderam. Aí foi quando eu comecei a chorar e querendo saber onde estava o meu irmão, onde estava o meu irmão, e ninguém falava nada. Aí foi na hora que eu desmaiei. Aí Samuel, da loja, foi e me deu água, e tal, aí não me disseram também o que estava acontecendo, aí dizendo que estava bom: *“Não, aconteceu, o seu irmão está bem e tal, não foi acontecido com ele”*. Aí, quando foi às 3 horas da tarde — e ninguém me dizia nada, ninguém me dizia nada, só me dando remédio —, quando foi umas 3





horas da tarde, meu menino chegou de Itabuna, que ele trabalhava. Aí ele chegou e foi logo falando: *“Mainha, seja forte, mas foi meu tio mesmo que mataram”*. Aí eu comecei a chorar — também já estava dopada. E aí ele falou: *“Estou indo para Itabuna, para ver o corpo dele”*. Aí ele foi para Itabuna, para o necrotério, chegou lá, não tinha corpo lá, não tinha dado entrada nada desse corpo. Aí eu comecei a chorar, gente perguntando, e eu querendo saber. Aí foi quando, umas 4 e meia, aí eu falei bem assim... Estava deitada, já tinha deitado. Estava deitada, mas não conseguia dormir, querendo saber notícias do meu irmão. Aí ele falou bem assim... Eu falei: *“Ó, eu vou sair por aí e vou ver o que está acontecendo”*. Aí eu cheguei e vim. Quando cheguei nessa delegacia aí da rodoviária, aí tinha o Sargento Pena. Aí ele falou bem assim... não, ó, eu falei: *“Me dá uma explicação”*. Aí ele falou: *“Não, o que está explicado é que foi o seu irmão mesmo. A gente fomos lá e vimos o corpo dele. E estava lá deitado, com uma galinhota de abacaxi, que ele estava tirando para vender. E o corpo dele está lá mesmo”*. Aí eu falei: *“Já é 4 horas da tarde, e vocês não fizeram nada, não trouxeram?”* Ele falou: *“Não, estamos só esperando o rabecão chegar lá”*. Só que já eram 5 horas, e ninguém trazia... Aí eu peguei, falei um bocado de besteira lá, xinguei todo mundo. E aí eu fui buscar o corpo do meu irmão. Quando eu cheguei lá, ele estava lá, que nem eu falei para ele que eu ia trazer o corpo do meu irmão de qualquer jeito, não ir fazer perícia, não ir fazer nada, porque já estava escurecendo, e meu irmão não ia amanhecer lá, anoitecer lá. Ele podia até anoitecer, mas não amanhecia. Aí fui. Cheguei lá, trouxe o corpo. Aí, quando foi umas 7 horas, nós saímos de lá da roça com o corpo do meu irmão. Levamos para Itabuna e... Levamos para Itabuna, lá em Ilhéus, para fazer um levantamento lá — não quero nem lembrar. E aí o Caboclo fala que quem matou ele foi o Pascoal e o filho dele, que matou ele. Porque mandou... eles chegaram lá, e disse que ele mandou o Caboclo sair da terra, sair e desocupar; só que Caboclo já estava desocupando as terras. Na hora que ele estava desocupando, o meu irmão ia chegando, porque meu irmão, ele trocava dia de serviço com esse Caboclo. Aí mandou ele deitar no chão, os dois, e aí começou a bater no meu irmão e bater no Caboclo. Aí meu irmão falou para ele assim: *“Pô, véio! Você não está batendo, não; você está cortando já”*. Aí ele falou: *“Então, agora a gente vai te matar”*. Aí foi na hora que cortou o pescoço do meu irmão e matou o meu irmão. (Choro.) E eu peço





por justiça, porque o meu irmão era tudo para mim. Eu estou tomando até remédio controlado, porque isso não se faz. O meu irmão era uma pessoa de bem, uma pessoa que todo mundo gostava, uma pessoa brincalhona, uma pessoa que tinha a vida toda pela frente. Era uma pessoa com 45 anos. Ele tinha muitos sonhos, e ele nem chegou a realizar os sonhos dele. Isso aí está demais. Hoje eu sofro muito com a morte do meu irmão. Hoje eu tomo remédio controlado, porque era só o meu irmão. Eu não tinha mais ninguém nessa face da Terra, a não ser ele. Então, eu peço para vocês justiça! Não deixe mais um pai de família terminar desse jeito, impune, porque tem muitos pais de família, muitas mães de família chorando. Assim como eu choro, muita gente chora também. E o pior que nada disso vai trazer o meu irmão de volta. Nada disso traz ele de volta. Era só isso que eu tinha a falar.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Muito obrigado.

Vou pedir ao Sr. Rosival Cardoso de Moura que se manifeste, por favor.

O SR. ROSIVAL CARDOSO DE MOURA - Bom dia a todos. Meu nome é Rosival Cardoso de Moura. Comprei uma propriedade, em 1986, titulada, registrada. Quando eu comprei a fazenda, fui morar; me aposentei, fui morar, porque minha aposentadoria não é uma aposentadoria grande. Então, eu achava naquela época que eu ia complementar a minha aposentadoria. Fui para lá e comecei a trabalhar bastante. Durante esse período de 1986, eu pegava o ônibus juntamente com os caboclos que moravam lá. Não existia índio. Tinha uns caboclos que moravam lá. Então plantava, colhia o que tinha, botava no ônibus e ia vender na feira. Quando saía tarde, o pessoal fazia suas compras, voltava novamente no ônibus para a sua fazenda. Era assim que lá a gente vivia. Então, não existia índio, minha gente! Em 2003... De 1986 a 2003, apareceu alguns pingados, dizendo que era índio. Eu não posso dizer aqui que não é índio, porque eles são registrados. Veio uma lei que qualquer pessoa pode se cadastrar. Daí em diante surgiu esses índios. Esses índios são aproveitadores. Quando invadiram a minha, tinha três que eles chamavam de guerreiros. Esses guerreiros era para fazer maldade nas pessoas. Aí, quando chegaram na minha fazenda uma faixa de uns 20. Eles pegavam o carro que faz transporte, transporte escolar, e faziam essa coisa, para poder invadir. Levavam esse pessoal para poder invadir as fazendas. Eu estou assim meio esquecido, pela idade, e estou procurando me lembrar. E eu não quero me empolgar muito, porque,





senão, eu vou até chorar. Mas nós vivíamos em harmonia — harmonia. Não tinha esse negócio que tem hoje. Foi criado o cacique; e tem não sei quantos caciques. Não tinha isso. Depois de 2003 foi que apareceu eles lá. Entendeu? Então, são falsos índios, não são índios. Fundamos uma associação, em 2003. Fundamos uma associação com o nome União dos Fazendeiros, que a gente estava vendo uns “pinga” lá de índio, querendo ser índio, e aí fundamos, para poder ver se combatia isso. Mas só que nós não registramos, na época, essa associação. Foi o início, aquele bate-bapo, reuníamos, fazíamos uma coleta, para poder alguém se defender. Mas não foi muito. Em 2009 Luiz se uniu à gente e fundou a associação legalizada; legalizou tudo e fundou essa associação. E hoje nós agradecemos muito a Luiz pelo que ele fez. Um desses guerreiros que se dizem índios, quando eu cheguei lá, disse assim: *“Essa terra aqui é nossa, é indígena”*. Eu disse: *“Não, até que vocês me provem o contrário, a terra é minha. Eu tenho escritura, tenho tudo. E a terra é minha por isso.”* Eu falo muito alto. E aí veio um desses guerreiros, botou umas penas na cabeça e deu um soco no meu peito. Eu aí... Não tinha ninguém da família nessa hora lá. Eu aí botei a mão para cima e disse: *“Rapaz, eu não estou armado, sou uma pessoa idosa.”* Aí teve um deles que até foi consciente e disse: *“Não faça isso com ele, não”*. Eles aí não fizeram mais nada. Mas não são índios, minha gente! Vamos tomar providência! Hoje, Buerarema está fazendo aniversário. E não é de hoje que estávamos querendo que vocês viessem aqui, mas não conseguimos este debate. Porque antes a gente não tinha direito a falar, não. Quando a CPI foi pela primeira vez lá em Ilhéus, nós não tivemos esta oportunidade de dizer o que nós estávamos sentindo, não. Agora é que nós estamos tendo esta oportunidade.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas esta CPI não veio. Esta é a primeira vez.

O SR. ROSIVAL CARDOSO MOURA - Não, mas teve uma... como é que diz... Foi a dos direitos humanos.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Vou lhe perguntar, Sr. Rosival, o seguinte: quando o senhor sofreu essa agressão lá na invasão eles o ameaçaram e aí o senhor teve que sair da terra?

O SR. ROSIVAL CARDOSO MOURA - Veja bem: quando eles chegaram lá foram dizendo que eu estava — deixe-me me lembrar do nome, porque eu estou me





esquecendo das coisas — refém. Veja bem: tinha telefone na fazenda, tinha tudo. Quando eles chegaram lá, quando se empossaram da roça, aí eu não tive o direito de entrar na minha casa, não. Fiquei do lado de fora, arrodado de um bocado deles, sentado. Eles entraram. Eu tinha feito uma feira, naquela época, de mais ou menos 800 reais, porque eu morava lá; pegaram a feira e levaram toda. E no resto, no que eles não queriam, jogaram veneno de rato. Levaram todas as ferramentas que eu tinha. Eu tinha peixe, tinha criação, eu tinha tudo, minha gente! Era uma fazenda que estava ficando produtiva. Quando eu cheguei lá não era, mas a terra estava ficando produtiva. Eu estava começando a colher as coisas. Foi quando eles acharam de invadir a terra. Eu tinha cavalo — e tudo dentro da minha condição. Eu tinha dois cavalos, eu tinha carneiro, eu tinha ovelha, eu tinha ganso, eu tinha pato, eu tinha galinha, eu tinha pavão, eu tinha peixe — mais de 5 mil peixes — com 1 quilo e meio ou 2 quilos. Levaram tudo! Levaram telhas! Invadiram com pé na porta. Quebraram tudo! Hoje eu perdi até a vontade de ir para lá. A terra não está invadida, mas, diante do fato de que a gente não tem mais segurança para proteger a gente, o que eu vou fazer lá? Vou morrer?! Sim, agora eu vim aqui para falar o principal, que eu ainda não falei. E me pediram até para ser breve porque tem mais gente para falar. O principal é o que vou falar agora: mataram uma pessoa lá na minha fazenda e enterraram lá. Por acaso, o trabalhador, roçando, viu a terra um pouco baixa e aí foram lá e me chamaram. Aí eu disse: *“É, é um negócio estranho. Eu acho que é arma que eles não tiveram condições de tirar. Devem ter colocado aí.”* O trabalhador queria abrir a cova, mas eu disse: *“Não, espera ainda, vamos lá chamar a Força Nacional.”* Aí fui lá e chamei a Força Nacional. A Força Nacional veio e abriu a cova. Quando foi ver, era gente que eles enterraram. E até hoje nós não sabemos o resultado. Veio perito no assunto — eram umas 6 e meia para 7 horas —, só o senhor vendo, umas dez pessoas; tiraram tudo e levaram. Até hoje nós não sabemos nada, porque não divulgam nada para a gente. Só sabem dizer que são os pequenos agricultores que fazem isso e fazem aquilo, mas não dizem o que eles fizeram: mataram e enterraram lá. E até hoje eu não vou lá por isso, porque eu tenho medo. Eu dei minha roça a um pessoal, que está lá. Fiz um contrato, para não ter problema comigo. Dei tudo, porque é melhor eu dar do que morrer. Eu tinha tudo, minha gente! Tudo! Hoje eu vivo na cidade sem ter o que fazer. Eu me aliei à





associação. Sou voluntário, não quero nada. A associação queria até me dar uma ajuda de custo e eu não aceitei.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Que idade o senhor tem?

O SR. ROSIVAL CARDOSO DE MOURA - Eu tenho 72 anos. E foi um absurdo o que fizeram comigo; foi um absurdo. Então, nós agradecemos aos senhores que hoje vieram aqui para botar isso, minha gente! Isso não é possível, isso nunca existiu no Brasil, veio a existir agora, há pouco tempo. Será que nós não somos brasileiros? Vamos analisar isso. Nós somos todos iguais, minha gente! Nós queremos preservar o índio, mas nós não queremos que pessoas passem por índio sem ser índio.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor sabe quem são as pessoas que foram lá ameaçá-lo?

O SR. ROSIVAL CARDOSO DE MOURA - Eu sei, sim. Eu tenho a foto de todo mundo. Eu fui o único desse pessoal que conseguiu tirar foto de todo mundo. Fui eu, porque minha filha foi para lá e conseguiu tirar. Eu tenho foto de todo mundo. Passei para a Associação. A Associação tem tudo em mão.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Se puder passar para nós, por favor...

Tem mais alguma coisa, Sr. Rosival?

O SR. ROSIVAL CARDOSO DE MOURA - Não, eu já citei o problema da morte, está aí para os senhores verem e apurarem. É isso que nós queremos, que apurem as coisas e digam quem fez, quem não fez, e prendam esse povo, que aí acaba essa violência. No dia em que prenderem esse pessoal acaba a violência. Muito obrigado. E me desculpem porque eu falo muito alto.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nós é que agradecemos.

Sr. Erlon Botelho, por favor.

O SR. ERLON BOTELHO - Bom dia. Vou ser breve porque tenho o enterro de nosso amigo Mário Bunchaft O Babau estudou no Colégio Enedina Oliva, foi garçom em Porto Seguro, andava aqui brincando, jogando bola nos torneios, interagindo com a zona urbana. Outro fato que é importante salientar: existe uma





senhora que foi cadastrada como índia chamada Maria Amaral. É interessante vocês terem a informação e o conhecimento de que essa Maria Amaral liderou uma equipe de pseudoíndios até a Europa. Lá, essa delegação de tupinambás foi recebida pelos Deputados da Comunidade Europeia, foi recebida pela esposa de François Mitterrand e recebeu moção de aplauso do Senado francês. A gente tem essas fotos. Essas fotos eu acho que estão com a ASPAIUB. Tem alguns vídeos aqui — Abiel depois passaria — que são os vídeos da invasão no conflito que houve na fazenda de Alfredo. Inclusive, tem um depoimento de Zé Carlos, irmão de nossa amiga Célia. E o interessante — eu acho que é bom observar — é que Ives Gandra bate na tecla de que o Plano Nacional de Direitos Humanos do PT combate o direito ao contraditório. E o que está acontecendo na região? Pela primeira vez, em 10 anos de conflito, nós estamos tendo aqui o direito ao contraditório. Esse é um fator, Luiz, que a gente deve observar bastante. E, para ilustrar aquilo que precisa ser dito, já que Abiel e Luiz já falaram da questão da tradicionalidade, é interessante vocês observarem o seguinte: um bandido, uma quadrilha de assalto a banco ou, vamos dizer assim, de estouro de caixa eletrônico, têm que montar toda uma logística para explodir um caixa eletrônico e tirar dali 30 mil reais. O que acontece? O preço do cacau subiu. E toda ação acontece quando, nos pés de cacau dos pequenos agricultores estão lá ou o seu cacau seco na barcaça ou nos pés de cacau. Por quê? Porque o cacau é o único produto agrícola que você vende no pé. Se você chegar aqui com 1 quilo, você vende; se você chegar aqui com 10 mil quilos você vende; se você chegar aqui com 200 mil arrobas você vende, porque o cacau fatura rápido. Então, o que está por trás disso? O que está por trás disso é a forma fácil de ganhar dinheiro. Se eu vou estourar um banco, existe a Polícia Militar. Em vez de correr esse risco eu me cadastro como índio e vou ali e tomo os 2 hectares de D. Dulce ou de S. Fulgêncio, porque lá o dinheiro está fácil. E ainda tenho a proteção do Estado. Esse é um fator preponderante. E o prejuízo que se deu ao Estado da Bahia, ao Estado brasileiro já chega à casa dos 200 milhões com pilhagem. As barcaças têm um custo altíssimo; a logística de uma roça de cacau é muito complicada e valorosa, tanto do ponto de vista da estrutura que está lá quanto daquilo que se vende. E chega, às vezes, em algum momento, ao ponto de as cargas de cacau serem escoltadas. É isso, é dinheiro que está





circulando, não é ideologia. É muito dinheiro. Babau hoje chega a colher 16 mil arrobas de cacau. Vocês façam a conta aí. Quanto é que está a arroba de cacau? Está em torno de 150 a 160 reais. Isso é fato. Mas...

O SR. ABIEL DA SILVA SANTOS - Como começou isso?

O SR. ERLON BOTELHO - Começou aqui em Buerarema. A associação de Babau tem 15 anos, mais ou menos, que foi criada. Foi o período em que nasceu aqui no cartório. E eu vou pedir quase que implorando a vocês aqui para que a verdade venha à tona. Existe um inquérito policial, nº 099/2011, referente à dona de um areal, Linda Cerqueira — na época era Areal Rabo da Gata, no Município de Olivença —, que foi extorquida por um membro da FUNAI. O que aconteceu? Na invasão, o índio entrou em confronto com o policial federal e o policial federal atirou na perna desse índio, desse pseudoíndio. E foi feita uma gravação. Dr. Lincoln, na época — a menina deu o depoimento —, mandou fazer a busca e apreensão desse áudio. Esse áudio vai ser importante para vocês entenderem. Se vocês puderem requisitar isso da Polícia Federal, vocês vão ter acesso a uma prova material muito interessante.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O que consta nesse áudio?

O SR. ERLON BOTELHO - O que consta é a extorsão de um dos funcionários da FUNAI à dona do Areal, na época, Linda Cerqueira. Ela até se propôs a depor, não sei nem se veio. Eu pedi a ela que viesse. E, por fim, se vocês puderem requisitar... Inclusive, a Inteligência do Exército já requisitou na época do Dr. Antonio Carlos de Souza Higino. Isso é interessante porque os juízes comuns é que estão prendendo aqueles que a Justiça Federal considera como tutelados pela Polícia Federal. Então, Babau foi preso quatro vezes. E foi requisitado o inquérito policial. Se vocês tiverem acesso aos inquéritos, às investigações feitas pela Polícia Federal a pedido da Justiça Comum de Buerarema, e vocês tirarem, abrirem essa Caixa de Pandora dos últimos 10 anos, e se vocês tiverem acesso aos grampos que foram produzidos pela Polícia Federal e pela Justiça Comum de Buerarema, aí tudo que vocês ouvirem aqui virá à tona. É importante que isso venha à luz da CPI. Por quê? Porque a Polícia Federal faz o seu trabalho, mas a tampa da Justiça está no Ministério Público. Tem caso de estupro, tem caso de roubo, assassinato, enfim.





Será que a Justiça Comum entende melhor a Constituição do que a Justiça Federal? E quando a Polícia Federal buscou, no seu contexto de apoio para ajudar a se fazer justiça, por que se buscou a Justiça Comum, e não a Justiça Federal? Aí eu venho, Doutor, à questão do contraditório. Não existe o Dr. Lincoln estar fazendo, numa questão como essa, reuniões de concessões, reuniões de interlocuções. A justiça tem que se feita e tem que acontecer na sua plenitude. Então, assim, é isso que eu deixo aqui, é o recado que eu passo para vocês, mas implorando que essas últimas informações que eu dei venham à luz da CPI. Vocês vão entender o que todo mundo falou aqui, de forma mais clara e mais audível, já que está tudo lá grampeado. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Muito obrigado, Sr. Erlon.

Agora, a última pessoa, o Sr. Edivan Moreira, por favor. (*Palmas.*) O Sr. Edivan tem torcida, pelo jeito!

Fale, por favor.

O SR. EDIVAN MOREIRA DA SILVA - Bom dia a todas e a todos. Eu quero agradecer a presença de vocês que vieram aqui, até Buerarema. O que o povo de Buerarema sempre sonhou foi que tivesse a CPI aqui em Buerarema. Nós fomos ouvidos, e hoje vocês estão aqui para saber a verdade, porque a verdade está do lado dos pequenos agricultores, e não do lado dos falsos índios, que se dizem índios tupinambás. Sou vítima desses índios que se dizem índios tupinambás. A minha história é um pouco longa, mas vou ser bem breve, porque nós vamos ainda para o enterro do amigo que foi um guerreiro, o seu Mário Bunchaft. Mas o que acontece? Em 2010, eu acompanhei uma reintegração de posse da fazenda de Alfredo Falcão. Lá onde estava eu, estava o Sr. Zé Carlos, que é falecido. Ele foi morto, lá na região, na propriedade. Então, o que acontece? Nós temos um vídeo em que o Zé Carlos falava que ele tinha medo de ser morto pelos tupinambás. E eles cumpriram: mataram o Zé Carlos. E a próxima vítima seria eu. Então, venho sofrendo várias ameaças de morte por esse povo, porque justamente eles me convidaram para ser índio da aldeia tupinambá. Eu não aceitei porque nunca nasci para ser ladrão nem tampouco assassino. Mas, hoje, eu respondo, e está ainda em processo, como se eu fosse um assassino. Mas eu digo para o povo que esta mão aqui nunca foi de





tirar a vida de ninguém. Fui acusado por esses índios tupinambás. O que acontece? Aqui estive a Força Nacional, estive o Exército e estiveram todas as polícias em Buerarema. E a todas elas eu tive que acompanhar, e acompanhei, e fui mostrar cada lugar por onde nós passamos, onde eles fizeram várias coisas naquela região. Então, eu sei que eles mataram o Zé Carlos; mataram o finado Juraci, que arrancaram as orelhas; mataram, na Vila Brasil, um rapaz que era neto de Dona Deja, que se chamava Touca Preta — foi a turma de Pascoal que matou; mataram outra pessoa que enterraram na fazenda do tesoureiro. Isso, todos eu acompanhei e eu falo porque é verdade: quem ajudou a desenterrar o defunto que estava dentro da fazenda do tesoureiro fui eu, junto com Delegado Moreira. Quando eles descobriram que o nome do Delegado da Polícia Federal tinha o sobrenome Moreira, eles correram para Brasília e afastaram o Delegado da Polícia Federal pensando que era meu parente! (*Risos.*) Lá na fazenda de Alfredo, nós vivemos um terror tão grande: fui baleado. Isto aqui foi bala que me atiraram. Alfredo também teve lesões. O Pel teve lesões, mas, enquanto os produtores estavam na Polícia Federal e no Ministério Público, ele falou que o Babau estava soltando fogos de artifício na gente. No outro dia, nós estávamos todos baleados, e ele dizendo que estava soltando fogos de artifício. Mas é mentiroso; são ladrões. Eles me chamaram para eu ser índio da aldeia lá, eu acompanhei tudo isso, participei das reuniões deles. Ele me chamou para ir lá; quando chega lá, o que eles fazem? Fazem um banho de água podre, de sangue de galinha e um bocado de folha podre; mandam a gente tomar banho que é para virem os encantados. Nós não temos encantado, porque que eu nunca tive encantado! Aí, quando acaba e a gente não está encantado, ele pega maconha e dá para gente fumar, para gente ficar doído e invadir a roça do povo. Mas, por eu ser um cidadão — sou um pequeno agricultor e não tenho vergonha —, morro como se eu fosse um cachorro, onde quiserem me matar. Eu posso morrer, mas a minha boca eu não calo! Vou sempre falar: eles pegaram, invadiram a minha propriedade e já queimaram por 4 vezes. Bateram no meu irmão, quebraram duas costelas do meu irmão. Esse fato foi registrado na polícia. Temos fotos da propriedade queimada. Queimaram a propriedade de Seu Domício. Tudo isso eles fizeram numa noite só. Queimaram duas motos, motosserra... Motosserra eles não queimaram, nem roçadeira, porque eles roubam.





Queimaram tudo isso da minha propriedade. E, por último, agora, eles foram lá e tocaram fogo nos pastos e na roça de cacau para queimar a roça de cacau. Saiu queimando sete propriedades de produtores. E o que mais me dói é que, quando a gente foi procurar as autoridades, chegaram lá e disseram que não podiam fazer nada porque era índio. O que mais dói, na região da gente, é saber disso. Queimaram mais de 40 hectares de terra, de pasto, de cacau, de seringa, de tudo isso. Em todas as portas em que a gente bate, a gente não é recebido, todas estão fechadas. No dia 21 de dezembro, eu acordei de manhã para ir para o trabalho, vocês sabem quem estava na porta da minha casa me esperando? A Polícia Federal para me pegar, para me levar para depor lá na Polícia Federal, porque eles abriram um inquérito dizendo que eu matei índio aí dentro, sendo que eu nunca saí de Buerarema para ir na minha propriedade.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor está com a sua área invadida?

O SR. EDIVAN MOREIRA DA SILVA - A minha área está invadida, está na mão deles.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor não conseguiu mais voltar lá?

O SR. EDIVAN MOREIRA DA SILVA - Se eu voltar lá, eles me matam.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor está sendo acusado da morte de quem?

O SR. EDIVAN MOREIRA DA SILVA - De quem? Do índio Pinduca.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Pinduca?

O SR. EDIVAN MOREIRA DA SILVA - Isso.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor o conhecia?

O SR. EDIVAN MOREIRA DA SILVA - Conhecia. E ele, ainda, chega a ser parente da minha cunhada.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o senhor sabe a circunstância em que ele foi morto?

O SR. EDIVAN MOREIRA DA SILVA - Rapaz, eu não sei, não. Eu sei que ele foi morto — ele estava numa fazenda pescando —, e ele foi morto. Agora, eles me





acusam dizendo que eu estava com umas pessoas que eu nem conheço quem são, e nunca estive com esse pessoal, nem sei quem são.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Onde é essa fazenda em que ele foi morto?

O SR. EDIVAN MOREIRA DA SILVA - Foi na fazenda do ex-Vereador Carlito do Sarinha.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Fica longe?

O SR. EDIVAN MOREIRA DA SILVA - Daqui até lá, vai dar mais ou menos 18 quilômetros.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o senhor estava onde nesse dia?

O SR. EDIVAN MOREIRA DA SILVA - Oi?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor estava onde nesse dia?

O SR. EDIVAN MOREIRA DA SILVA - Eu estava aqui em Buerarema. Porque eu não saio daqui de Buerarema. Para única coisa que eu saio daqui é para ir a Itabuna para trabalhar.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor não sai por quê?

O SR. EDIVAN MOREIRA DA SILVA - Porque, lá para dentro, se eu for eles me matam. Eles dizem que, onde eles me toparem, eles me matam. Todo mundo é conhecedor desses fatos. Eles fizeram uma reunião antes... Na reunião tem uma pessoa — se eu citar o nome, eles podem matar essa pessoa — que toda informação que eles falam lá dentro, essa pessoa passa pra mim. Ele fez uma reunião com a viúva, ele pegou a viúva, levou lá para dentro da aldeia dele, e chegou lá e falou que ela tinha que falar que quem tinha matado o índio era Van de Moreira. Ela falou que não conhecia Van de Moreira.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Era quem?

O SR. EDIVAN MOREIRA DA SILVA - A esposa do falecido, do Pinduca.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Falou quem tinha matado?





O SR. EDIVAN MOREIRA DA SILVA - Que quem tinha matado era eu, e ela falou que não me conhecia, mas ele falou que ela tinha que dizer que era eu.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem falou para ela?

O SR. EDIVAN MOREIRA DA SILVA - O cacique Babau. E ele falou, ainda, que, se não conseguisse me matar aqui, ele fazia de tudo para me matar no presídio, porque ele tem que fazer jeito, de qualquer jeito, para me prender. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Obrigado.

O SR. GERALDO ARAGÃO - Eu queria deixar uma lembrança aqui para vocês. (*Palmas.*)

O SR. ERLON BOTELHO - Nós vamos construir um memorial às vítimas, à margem da BR-101, onde foi o palco de luta nossa. O memorial é Memorial Juraci do Ipiranga, José Carlos e todas as vítimas do conflito. Eu vou passar... Só tem uma camisa, e essa fica para o senhor.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Obrigado.

O SR. ERLON BOTELHO - E alguns chaveiros que nós fizemos, que é uma pequena lembrança daqueles que se foram, em Buerarema. Hoje, pode-se dizer que "*nossos heróis morreram de overdose*". Aqui não, os nossos heróis morreram lutando por uma causa, e uma causa justa. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Antes de fazer o encerramento, eu vou passar rapidamente a palavra para o Prefeito, se quiser fazer alguma consideração.

O SR. GUIMA BARRETO - Olha, Excelência, a realidade é isso que vocês acabaram de presenciar e mais, muito mais. Todas essas testemunhas que vieram aqui falaram a verdade. Eu digo que nós sabemos da realidade de Buerarema. Então, quando você vê um depoimento do nosso amigo agricultor, o Dr. Walter, um cidadão com 90 anos, ser expulso das suas terras e ameaçado... Atiraram no empregado dele, o Seu Adailton, como deu a testemunha. Então, tudo isso na realidade é verdade. Eu acho que esta Comissão tem que ser analisada mesmo, esta CPI da FUNAI, com muita cautela, muito cuidado, muita responsabilidade, para tentarmos chegar a uma conclusão. Que conclusão? É entregar essas terras às



peessoas, aos pequenos agricultores, à agricultura familiar, que realmente necessitam e estão passando necessidade. Quando falaram aqui em 16 mil arrobas, a informação que nós temos é que deixaram de entrar em Buerarema 40 mil arrobas de cacau. O comércio sente. A única fonte de renda é a Prefeitura, mas, com a queda do FPM, as Prefeituras hoje são entidades falidas. Buerarema, como foi falado aqui, Buerarema deu a resposta sim ao Governo Federal, ao Governo do Estado. Dos 417 Municípios baianos, Buerarema deu a resposta com o mínimo de votos a Jaques Wagner e a Dilma, devido a essa revolta da comunidade, pessoas passando necessidade, e a Prefeitura não tem como dar sustento a todas essas famílias. Também estamos passando por crise. Todos conhecem a crise do País. Em Buerarema e nos Municípios, não é diferente. Gostaria, sim, desse momento. A gente parte dentro das nossas possibilidades, como vínhamos ajudando, mas não como essas famílias realmente necessitam. O que nós queremos realmente — é o que eles estão pedindo — é justiça, justiça, justiça e justiça! *(O orador se emociona.)*

(Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Bem, o que eu queria dizer para os senhores, em nome meu e no dos colegas, é que a todos nós chocam os fatos que foram narrados aqui, o método que foi utilizado para essas invasões. E, se nós conseguirmos comprovar que é verdadeiro o que os senhores disseram, trata-se de uma organização criminosa, na prática de crimes muito graves e que merecem ser apurados.

Nós, como técnicos nessa área jurídica, faremos todos os encaminhamentos possíveis a partir disso, para apurar, para documentar bem o que aconteceu aqui, e sugeriremos todas as providências que a Câmara dos Deputados possa tomar.

Então, o que eu empenho com os senhores é a nossa dedicação, o nosso trabalho, que nós honremos o salário que todos os senhores nos pagam. E desejo que essa situação realmente se resolva e que não se perpetue, porque, se há uma coisa pela qual temos de ter respeito, é por quem trabalha. Então, os senhores são trabalhadores e merecem todo o respeito nosso e o respeito deste País.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

